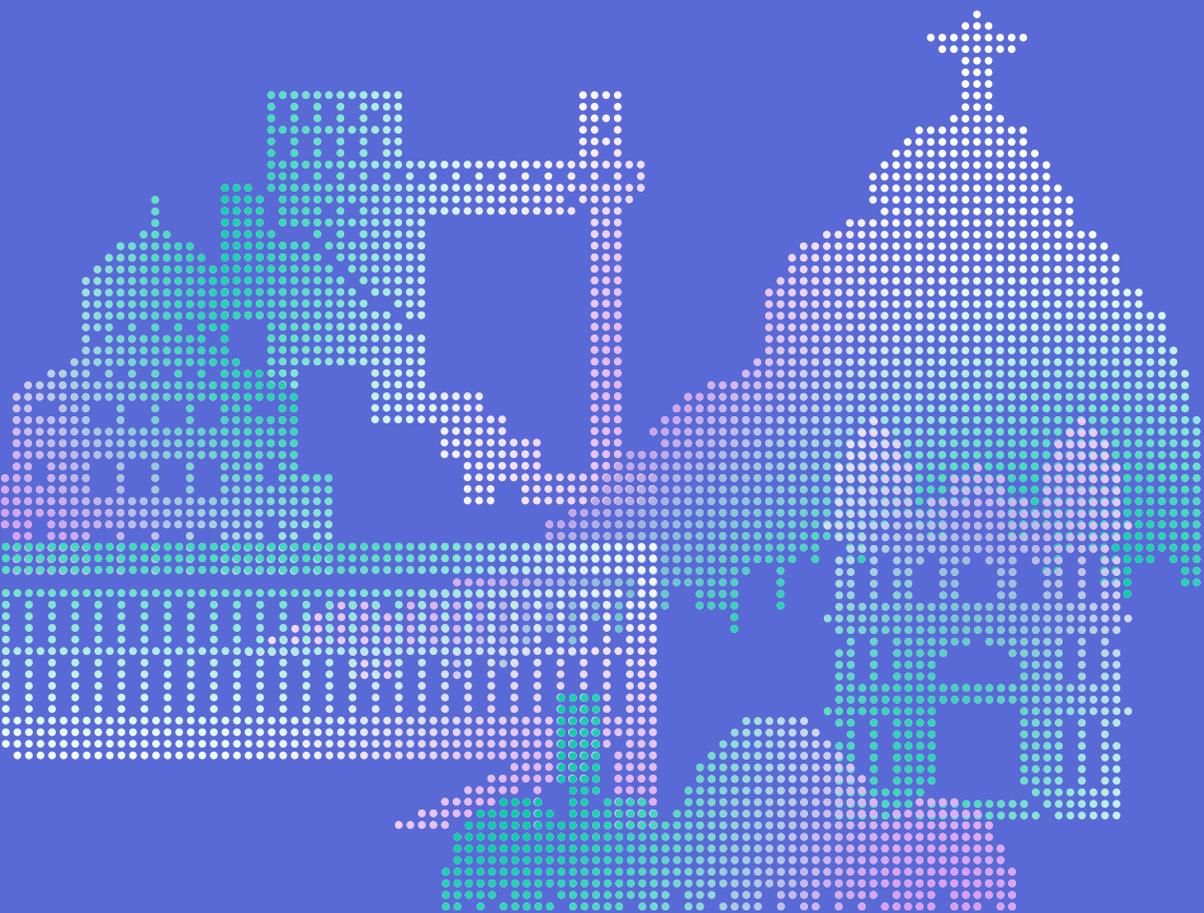


Índice de Dados Abertos para Cidades

ODI 2023



REALIZAÇÃO:



Open Knowledge
Brasil

PATROCÍNIO:

nie.br egi.br

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) DE ACORDO COM ISBD
Elaborado por Odílio Hilario Moreira Junior — CRB -8/9949

O061i Open Knowledge Brasil

Índice de Dados Abertos para Cidades 2023 [recurso eletrônico] / Open Knowledge Brasil. - Rio de Janeiro : Open Knowledge Brasil, 2024.
104 p. ; PDF ; 38 MB.

Inclui índice e anexo.

ISBN: 978-65-993954-6-8 (Ebook)

1. Dados abertos. 2. Governança de dados. 3. Abertura de dados. 4. Municípios. 5. Políticas públicas. 6. Publicação de dados locais. I. Título.

2024-1428

CDD: 350

CDU: 35



A **Open Knowledge Brasil** (OKBR), é uma Organização da Sociedade Civil (OSC) sem fins lucrativos e apartidária, legalmente constituída no país desde 2013. Durante a última década, vem desempenhando papel-chave na promoção dos dados governamentais abertos, por meio de uma combinação de mobilização de pessoas para fortalecer o controle social, materiais de capacitação e engajamento da comunidade de software livre em projetos de tecnologia cívica.

SAIBA MAIS NO SITE:
<http://ok.org.br>

Índice de Dados Abertos para Cidades 2023 (também chamado ODI, da sigla em inglês para Open Data Index) é uma iniciativa da OKBR para avaliar a disponibilidade e qualidade de dados abertos governamentais em nível municipal, com enfoque inicial nas capitais brasileiras. Lançado em 4 de junho de 2024, o ODI Cidades 2023 avaliou, em cada uma delas, 111 conjuntos de dados em 15 áreas de políticas públicas, criando assim um mapa inédito sobre a abertura de dados nas 26 capitais.

SITE:
indexdadosabertos.ok.org.br

Junho 2024

REVISÃO EDITORIAL

Fernanda Campagnucci
Haydée Svab

ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE

Danielle Bello
Edilaine Santos

APOIO

Isis Reis (Comunicação)
Murilo Machado (Operações)

REVISÃO

Marília Pereira

IDENTIDADE VISUAL

Café.art

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Mórula_Oficina de Ideias

O lançamento do Índice de Dados Abertos para Cidades 2023, que inclui esta publicação e um ciclo de eventos realizado em cinco capitais brasileiras em junho e julho de 2024, contou com o patrocínio do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br).



Nosso conteúdo está disponível sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, e pode ser compartilhado e reutilizado para trabalhos derivados, desde que citada a fonte.

Sumário

APRESENTAÇÃO Um mapa para abrir dados nas cidades brasileiras	5
Sumário Executivo	8
Resumo da Metodologia	15
Dimensões temáticas analisadas	20
DIMENSÃO 1 Administração Pública	20
DIMENSÃO 2 Assistência e Desenvolvimento Social	25
DIMENSÃO 3 Cultura	30
DIMENSÃO 4 Educação	34
DIMENSÃO 5 Esporte e Lazer	39
DIMENSÃO 6 Finanças Públicas	43
DIMENSÃO 7 Habitação	48
DIMENSÃO 8 Infraestrutura Urbana	51
DIMENSÃO 9 Legislação	56
DIMENSÃO 10 Meio Ambiente	59
DIMENSÃO 11 Mobilidade e Transporte Público	64
DIMENSÃO 12 Ordenamento Territorial e Uso do Solo	69
DIMENSÃO 13 Saúde	74
DIMENSÃO 14 Segurança Pública	79
DIMENSÃO 15 Governança de Dados	83
VALE O DESTAQUE Primeiros impactos do Índice	89
Aprendizados e recomendações	91
ANEXO I	97

APRESENTAÇÃO

Um mapa para abrir dados nas cidades brasileiras

Agora conhecemos detalhes do apagão de dados nas capitais do país — e é hora de agir

É recorrente a imagem de um “apagão” para descrever a situação de dados no Brasil. A comparação foi muito usada na pandemia de Covid-19 com a falta de informações sobre saúde no nível local. Mais recentemente, a sociedade acendeu o alerta para denunciar a ausência de dados para monitorar o Clima¹. Agora, pela primeira vez, podemos ter uma ideia mais precisa sobre o tamanho dessa opacidade.

O **ODI Cidades 2023**, que apresentamos nesta publicação, revela que a maioria das capitais não publica informações básicas sobre 15 áreas de políticas públicas. O retrato ainda é desolador. Em pleno ano de 2024, quando se discute o uso de tecnologias emergentes como inteligência artificial, blockchain e internet das coisas, não temos sequer o “feijão com arroz” dos dados abertos na mesa.

-
1. Um dos aspectos que contribuíram para o tamanho da tragédia das enchentes no Rio Grande do Sul, segundo especialistas, foi a falta de dados de monitoramento sobre os cursos de rio nas cidades, entre outras informações. Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/05/tragedia-mostra-apagao-de-dados-sobre-chuvas-e-falhas-de-operacao-no-rs-apontam-especialistas.shtml>.

Foram analisados 111 conjuntos de dados que, de acordo com pesquisadores e especialistas consultadas em cada uma das áreas, deveriam estar à disposição da sociedade para que esta possa avaliar políticas públicas e defender direitos fundamentais — ainda que sua publicação não seja explicitamente obrigatória, pela legislação.

Dados sobre administração e finanças públicas são os mais disponíveis, o que mostra que ter legislação específica para a abertura de dados, que é o caso dos dados de despesas há mais de 15 anos, pode dar um impulso à transparência. Ainda assim, a qualidade das informações ainda é uma questão crítica, nesse e em todos os outros temas.

Os conteúdos dos diários oficiais, por exemplo, que tratam de todos os atos públicos importantes das cidades, são publicados em formato aberto por apenas duas capitais².

Áreas como Educação, Meio Ambiente e Habitação, centrais no debate público e correspondentes a parte relevante dos desafios enfrentados pela gestão pública nas cidades, estão quase que no escuro completo. Em cada uma delas, apenas uma cidade alcança um nível “Bom” de abertura, em meio a ausência generalizada de informações básicas sobre a infraestrutura educacional e a demanda por vagas em escolas, o alcance de políticas para enfrentamento ao déficit habitacional e a gestão e proteção de recursos naturais.

A solução para problemas complexos como a adaptação às mudanças climáticas precisam da articulação das várias áreas de políticas públicas — muitas delas contempladas pelo ODI Cidades 2023. Com esse roteiro de avaliação nas mãos, as cidades podem melhorar seu nível de abertura e a sociedade pode cobrar a transparência desses e de outros indicadores importantes para o tema.

Nem tudo é má notícia no ODI Cidades. Identificamos conjuntos de dados de algumas cidades que podem ser referência para outras — essas bases “estreladas” mostram que é, sim, possível fazer melhor. Também avaliamos alguns instrumentos de gestão nas cidades. As informações que levantamos indicam

2. O “Querido Diário”, da Open Knowledge Brasil, busca “libertar” as informações dos diários oficiais municipais, justamente pela ausência generalizada desses dados em formato aberto. Conheça em: <https://queridodiario.ok.org.br>.

que as cidades que mais abrem dados e que respondem mais rapidamente à demanda por abertura também parecem ser aquelas em que a maturidade na governança de dados é maior, reforçando a importância de políticas, planos e catálogos de dados abertos, entre outros.

O ODI Cidades 2023 é um chamado para ação. As equipes de gestão podem se municiar de informações sobre o que devem aprimorar, os pesquisadores têm insumos para estudar e propor soluções para a transparência e a sociedade tem, agora, mais condições de cobrar a abertura de dados. Esperamos que este relatório ajude a inaugurar um novo capítulo — mais estrelado — dos dados abertos no Brasil.

Boa leitura!

Danielle Bello

COORDENAÇÃO DE ADVOCACY E PESQUISA DA OKBR

Fernanda Campagnucci

DIREÇÃO EXECUTIVA DA OKBR ATÉ JANEIRO DE 2024

Haydée Svab

DIREÇÃO EXECUTIVA DA OKBR A PARTIR DE FEVEREIRO DE 2024

Sumário Executivo

O **Índice de Dados Abertos para Cidades (ODI Cidades) 2023**, da Open Knowledge Brasil (OKBR), **avaliou o tema nas 26 capitais brasileiras. Os resultados apontam um cenário geral de baixa disponibilidade e qualidade de dados abertos em todo o país³**. Em cada capital, foram avaliados 111 conjuntos de dados, referentes a 14 grandes áreas de políticas públicas, além de aspectos relacionados à governança de dados. Ao todo, cerca de 2.900 conjuntos de dados foram analisados. Devido à **inexistência total de dados abertos em 19 casos**, o ODI Cidades pontuou apenas conjuntos encontrados em, ao menos, uma cidade. Assim, 92 dos 111 conjuntos de dados integram a pontuação final deste Índice.

A pontuação do Índice, apresentada em uma escala de 0 a 100%, é classificada em **cinco níveis de abertura**: “Opaco” (0 a 20), “Baixo” (21 a 40), “Médio” (41 a 60), “Bom” (61 a 80) e “Alto” (81 a 100).

São Paulo (SP) e Belo Horizonte (MG), empatadas tecnicamente nas primeiras colocações, não atingem 50% da pontuação do Índice, apresentando nível “Médio” de abertura na escala da avaliação. **A capital paulista pontua em 65 dos 92 conjuntos possíveis**, mas apenas 8 deles são “estrelados” como referências na avaliação. **Já a capital mineira, que tem 52 conjuntos pontuados, recebe 19 estrelas**. Recife (PE), Curitiba (PR) e Fortaleza (CE), que ocupam as próximas posições do ranking, alcançaram apenas um nível de abertura “Baixo”. **Com isso, 21 capitais ficam na classificação “Opaco”**. Boa Vista (RR) pontua em apenas dois conjuntos avaliados, o que não é suficiente para totalizar “1” na pontuação final.

3. Acesse a avaliação completa e explore os resultados por cidade e temas em: <https://indicedadosabertos.ok.org.br/>.

Enquanto São Paulo (SP) apresenta **maior disponibilidade** de dados, Belo Horizonte (MG) apresenta **qualidade maior**.

Na **Administração Pública**, a disponibilidade de informações sobre remuneração na administração indireta é menor em relação à direta, indicando aqui um campo a avançar no que tange à transparência pública. Ademais, dados demográficos devidamente tratados para preservar a privacidade de servidores e servidoras é raridade e, assim sendo, dificulta uma compreensão mais acurada do funcionalismo público e, conseqüentemente, o desenvolvimento de ações mais eficazes de desenvolvimento e capacitação. Em termos de **Finanças Públicas**, como a divulgação de informações geralmente é mandatória por lei, nota-se uma maior disponibilidade de dados, porém, muitos ainda “presos” em formatos fechados como PDF, complexificando o acesso a documentos que já são longos e de linguagem pouco amigável.

Administração Pública e Finanças Públicas possuem maior disponibilidade de dados — quase nenhuma cidade zero nessas dimensões — no entanto, a qualidade geral dos dados é mais baixa, especialmente na primeira.

Enquanto boa parte das outras dimensões temáticas têm como origem o Executivo municipal, a **Legislação** olha especificamente para as câmaras municipais. Aqui, na maioria das cidades, há disponibilidade de informações para acesso público que, todavia, ainda precisam ser “libertadas” em forma de dados abertos. Explicamos: há portais com sistemas de busca e filtros e até acesso via API⁴, mas os dados que alimentam esses sistemas não ficam disponíveis para download. A boa notícia é que as bases de dados já parecem estar estruturadas, logo, podem ser fácil e rapidamente disponibilizadas em formato aberto.

4. Sigla para Application Programming Interface, ou Interface de Programação de Aplicação.

Em **Assistência Social, Esporte e Lazer e Saúde**, áreas em que é muito comum a prestação de serviços por Organizações da Sociedade Civil (OSCs), as informações detalhadas sobre a execução dos recursos ainda é muito pouco disponível, permitindo um baixo grau de controle social sobre a efetividade das políticas públicas.

Legislação, Habitação e Esporte e Lazer são as dimensões com maior indisponibilidade de dados, com maior incidência de pontuações zeradas em todo o Índice. Nelas, ao menos 69% das cidades não pontua.

Em **Cultura e Educação**, a falta de dados abertos disponíveis é marcante. A indisponibilidade de dados sobre acervo cultural certamente torna o acesso à cultura mais difícil e a parca mensuração de público frequentador de espaços, eventos e atividades culturais deixa a gestão pública com uma percepção muito nublada sobre o impacto efetivo dos recursos investidos na área. Dados cadastrais tanto de espaços culturais como de unidades educacionais contam com algum registro e divulgação, mas precisam evoluir em termos de grau de abertura. Quesitos importantes para gestão escolar municipal da educação pública e seu acompanhamento pela sociedade civil, como perfil profissional e atribuição de aulas entre profissionais, só são disponibilizados por uma das 26 capitais avaliadas.

Educação é a dimensão com o maior grau de opacidade, com 24 cidades classificadas neste nível, o que equivale a 92% das capitais.

Na **Habitação**, se por um lado há quem seja uma boa referência na publicação de dados sobre favelas, cortiços e loteamentos irregulares, por outro, quanto a conjuntos habitacionais e outros empreendimentos sociais, somente duas de 26 capitais disponibilizam dados sobre núcleos urbanizados (com disponibilidade de infraestrutura básica como água e esgoto, iluminação pública e coleta de lixo). Em relação à **Infraestrutura Urbana**, apenas

uma cidade publica base com informações sobre acessibilidade dos espaços públicos para pessoas com deficiência. Ainda assim, não atende a todos os indicadores de padrões de abertura de dados e tem problemas de organização das informações.

Infraestrutura Urbana é a única dimensão em que o nível de abertura “Alto” é alcançado, com Belo Horizonte (MG) registrando 84 pontos — maior pontuação atribuída a uma capital em todo o Índice.

Um dos principais instrumentos do **Ordenamento Territorial e Uso do Solo**, o Plano Diretor não conta em nenhuma capital com conjunto de dados abertos que cumpram requisitos mínimos necessários para seu devido acompanhamento público. É sabido que as cidades enfrentam problemas relacionados a vazios urbanos agravados pela especulação imobiliária, sendo fundamental o mapeamento e a disponibilização de dados acerca de aplicação do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória (PEUC) — Função Social da Propriedade. Apenas uma das 26 capitais disponibiliza tais dados.

Ordenamento e Finanças Públicas são as duas dimensões com maior ocorrência de nível de abertura “Bom”. Cada uma tem duas capitais nessa classificação.

No contexto de mudanças climáticas que já vivenciamos, se faz urgente a disponibilização de dados abertos relativos ao **Meio Ambiente**, como arborização, processos de licenciamento e fiscalização, recursos hídricos e resíduos sólidos. A escassez dessa natureza de informações dificulta tanto a identificação de casos de corrupção como a própria gestão das cidades, para que sejam sustentáveis e resilientes no presente e no futuro.

Meio Ambiente, Segurança Pública e Assistência Social também apresentam alto nível de opacidade: mais de **85% das cidades** ficaram com nível “Opaco”.

A dimensão **Mobilidade e Transporte Público** avalia dados considerando os diferentes modos existentes, com um olhar específico para o transporte público. Chama a atenção que a malha cicloviária é o conjunto mais disponível desta dimensão, o que certamente tem influência do ativismo bastante presente da sociedade civil pela construção de políticas de mobilidade urbana mais saudáveis e sustentáveis.

18 de 26 capitais têm nível “Opaco” em Mobilidade e Transporte Público, sendo que **14 delas** não pontuam em nenhum dos conjuntos de dados avaliados.

Saúde e Segurança Pública são áreas em que há responsabilidades compartilhadas entre diferentes níveis federativos. O Índice buscou evitar sobreposições e conflitos de competências entre entes públicos e se focou apenas no que é aplicável em âmbito municipal. É exatamente esse arranjo de governança conjunta que torna ainda mais imprescindível a transparência e a possibilidade de acompanhar quem faz o quê. Contudo, dados sobre Equipes de Saúde da Família, que exigem sua disponibilidade por alguma referência de local, só foram localizados em uma capital. Já dados sobre as filas de espera para consultas e procedimentos estão disponíveis somente em duas das cidades avaliadas. Além disso, mesmo após a pandemia de Covid-19, ainda é raro encontrar dados sobre doses de vacina aplicadas por posto de saúde nos municípios.

A dimensão Segurança Pública avalia conjuntos de dados que tratam de mecanismos de defesa civil, registro e prevenção de desastres, além de um mapeamento de equipamentos de segurança pública e da alocação de agentes e atividades no território. Em tempos de crise climática e de desastres

ambientais intensificados pela ação humana, três em cada quatro capitais não disponibilizam dados abertos de mapeamento de risco geológico e hidrológico. E nenhuma capital disponibiliza informações abertas sofre efetivo de agentes, seja das equipes de defesa civil ou das guardas municipais.

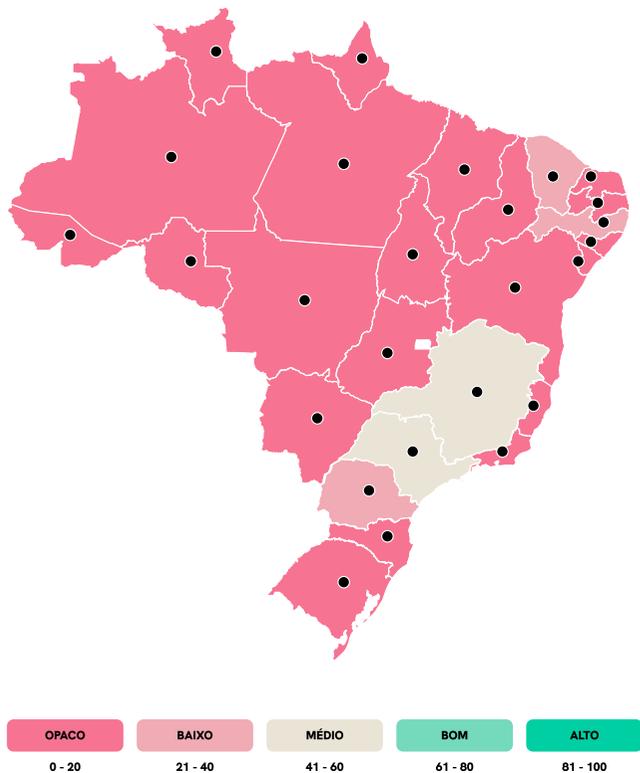
Saúde e Segurança Pública são as dimensões com maior número de conjuntos de dados não localizados em nenhuma capital e com **maior quantidade de conjuntos que saíram do cálculo da pontuação final do Índice** (três em cada) devido ao **não atendimento a critérios mínimos de disponibilidade de conteúdo em dados abertos**.

Última dimensão avaliada, a **Governança de Dados** busca mapear instrumentos e recursos municipais para abrir dados de forma a ampliar a transparência de informações públicas, respeitando a proteção de dados pessoais e sensíveis. Dentre os instrumentos de governança avaliados, apenas São Paulo (SP) possui inventário de dados disponível ao público. Somente oito cidades possuem Políticas de Dados Abertos institucionalizadas e somente nove possuem portais de dados abertos. Além disso, apenas três elaboram Planos de Dados Abertos — as mesmas que ocupam as primeiras posições da dimensão de Governança. E, apesar de boas práticas localizadas, nenhuma cidade publica Relatórios de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPDs) ou avaliações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Apenas Fortaleza (CE) alcança nível **“Bom”** em Governança de Dados, seguida por Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS) no nível **“Médio”**.

No ranking geral, duas cidades do Sudeste têm nível de abertura **“Médio”**. Nordeste tem duas cidades no nível de abertura **“Baixo”**, seguida da região Sul, com uma cidade atingindo o mesmo nível. As regiões Norte e Centro-Oeste têm todas as suas capitais no nível **“Opaco”**.

Situação geral da abertura de dados nas capitais brasileiras



MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO	NÍVEL
1º São Paulo (SP)	48	MÉDIO
2º Belo Horizonte (MG)	47	MÉDIO
3º Recife (PE)	38	BAIXO
4º Curitiba (PR)	27	BAIXO
5º Fortaleza (CE)	26	BAIXO
6º Porto Alegre (RS)	20	OPACO
7º Vitória (ES)	19	OPACO
8º Rio de Janeiro (RJ)	16	OPACO
9º Salvador (BA)	13	OPACO
10º Porto Velho (RO)	9	OPACO
11º João Pessoa (PB)	8	OPACO
12º Cuiabá (MT)	7	OPACO
13º Florianópolis (SC)	7	OPACO
14º Teresina (PI)	6	OPACO
15º Natal (RN)	4	OPACO
16º Palmas (TO)	4	OPACO
17º Belém (PA)	3	OPACO
18º Campo Grande (MS)	3	OPACO
19º Macapá (AP)	3	OPACO
20º Manaus (AM)	3	OPACO
21º São Luís (MA)	3	OPACO
22º Aracaju (SE)	2	OPACO
23º Goiânia (GO)	2	OPACO
24º Maceió (AL)	1	OPACO
25º Rio Branco (AC)	1	OPACO
26º Boa Vista (RR)	0	OPACO

FONTE: Elaborado por OKBR e Café.art (2024).

Resumo da Metodologia

O Índice de Dados Abertos — ODI, na sigla em inglês para Open Data Index — é uma avaliação sobre dados abertos a partir de uma perspectiva cívica. Em 2023, a OKBR apresentou uma nova versão do **Índice de Dados Abertos para Cidades — ODI Cidades**, aprimorando-a e expandindo sua abrangência geográfica e temática. Com isso, o **ODI Cidades 2023** apresenta-se como um instrumento de avaliação independente sobre a publicação de dados abertos governamentais, com o **objetivo de avaliar a disponibilidade e a qualidade de dados abertos nas 26 capitais brasileiras**.

O ODI Cidades 2023 é estruturado em **15 dimensões temáticas**. Para avaliar 14 delas, que representam grandes áreas de políticas públicas, são usados **11 indicadores** relacionados aos princípios e boas práticas de dados abertos. Ao todo, são avaliados 111 conjuntos de dados nessas 14 dimensões, coletados por uma equipe de pessoas avaliadoras em portais institucionais indicados pelas próprias prefeituras em consulta prévia⁵. Cada conjunto é analisado por, ao menos, duas pessoas a fim de garantir precisão e uniformidade.

A coleta de dados do ODI Cidades 2023 ocorreu de julho a outubro de 2023, período de referência para bases, recursos e atualizações disponíveis — ou seja, **a avaliação é uma “fotografia” do período e apenas itens publicados dentro dele foram considerados**. Após a coleta, as avaliadoras realizaram a checagem dos dados, comparando as avaliações e, quando possível, eliminando divergências. Por fim, as avaliações passaram por um processo de revisão e validação, realizado pela equipe da OKBR de novembro de 2023 a abril de 2024, que envolveu também o compartilhamento de resultados prévios com as capitais avaliadas para comentários e possíveis reconsiderações.

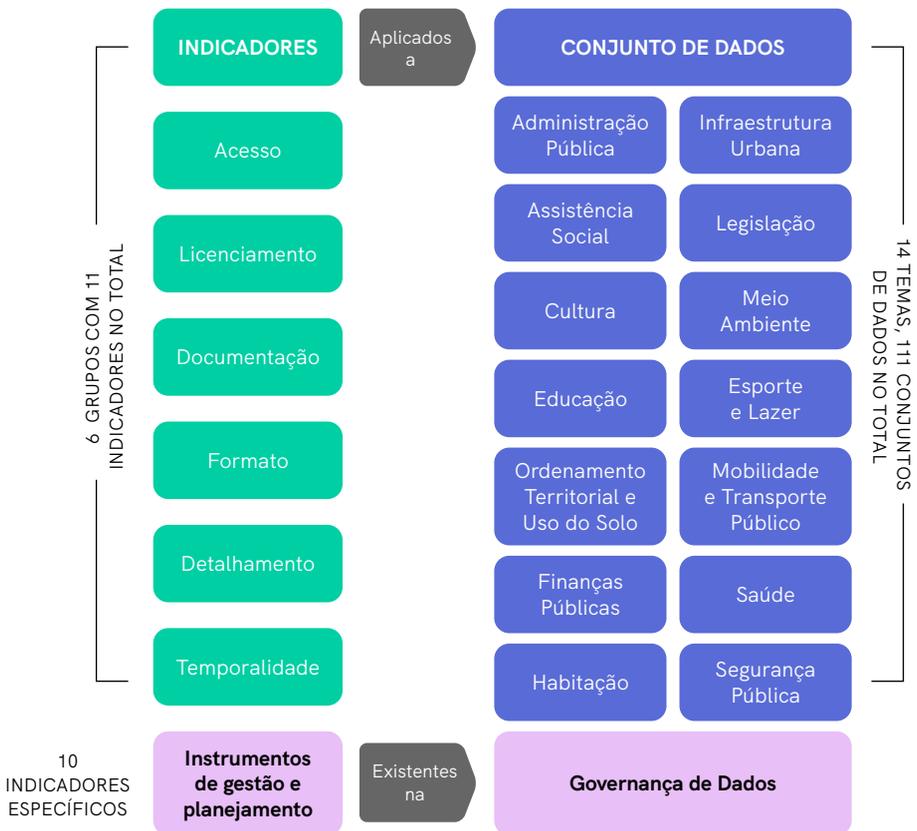
5. A relação de fontes consideradas encontra-se no Anexo I.

Já a 15ª dimensão, que avalia a **governança de dados** nas capitais, é avaliada a partir de **dez indicadores específicos**. Para isso, são levantadas informações junto à gestão municipal para subsidiar uma análise sobre a política de dados abertos de cada cidade e seus instrumentos. A avaliação dessa dimensão foi realizada pela equipe da OKBR.

Na imagem 2, apresentamos uma visão geral que resume a estrutura do ODI Cidades 2023. Na sequência, detalhamos os indicadores utilizados (Quadro 1).

IMAGEM 2

Visão geral do Índice de Dados Abertos para Cidades 2023



FONTE: Elaborado por OKBR (2024).

QUADRO 1

Relação de indicadores do Índice de Dados Abertos para Cidades 2023

INDICADORES GERAIS

GRUPO DE CRITÉRIO	INDICADOR
Acesso	(i1) Disponibilidade on-line, de forma gratuita e sem necessidade de solicitar acesso
	(i2) Disponibilidade on-line, sem necessidade de preencher cadastro
	(i3) Disponibilidade de forma gratuita por API ou Web Service
Licenciamento	(i4) Indicação de uma licença livre ou de domínio público
Documentação	(i5) Fornecimento de metadados
	(i6) Fornecimento de dicionário de dados
Formato	(i7) Disponibilidade em formato de arquivo não-proprietário e processável por máquina
Detalhamento	(i8) Disponibilidade em nível de desagregação máxima
	(i9) Fornecimento de geolocalização dos registros ⁶
Temporalidade	(i10) Atualização de acordo com a periodicidade declarada
	(i11) Existência de série histórica disponível ⁷

6. Este indicador só deve ser aplicado aos conjuntos de dados cuja descrição solicite a geolocalização.

7. Este indicador não deve ser aplicado ao conjunto de dados cuja periodicidade esperada de atualização é em tempo real.

QUADRO 1 (CONTINUAÇÃO)

Relação de indicadores do Índice de Dados Abertos para Cidades 2023

INDICADORES DE GOVERNANÇA

(g1) Política de Dados Abertos em forma de lei ou decreto

(g2) Elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos

(g3) Construção dos Planos de Dados Abertos com previsão de consulta à sociedade

(g4) Uso de Portal de Dados Abertos

(g5) Disponibilização de inventário de dados para o público geral

(g6) Publicação de Relatório de Impacto de Tratamento de Dados Pessoais ou outra forma de avaliação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)⁸

(g7) Encarregado de Dados Pessoais nomeado e indicado no site da prefeitura

(g8) Disponibilidade de canal de *feedback* para os dados abertos publicados

(g9) Disponibilidade dos *feedbacks* recebidos sobre os dados abertos publicados

(g10) Regulamentação municipal da Lei do Governo Digital⁹ (LGD)

FONTE: Elaborado por OKBR (2024).

A pontuação do Índice é calculada a partir do somatório das notas de cada dimensão temática e da nota da dimensão de governança, dividindo-se o resultado pelo número total de dimensões (15) e, em seguida, multiplicando-se o total por 100. Quanto mais próxima de 100 for a pontuação, maior será a qualidade e a disponibilidade de dados abertos naquele município.

8. Acesse a Lei n° 13.709/2018 em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm.

9. Acesse a Lei n° 14.129/2021 em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14129.htm.

Nesta edição, foram identificados 19 conjuntos de dados que não são publicados por nenhuma capital. Como forma de equilibrar a avaliação entre as cidades, reconhecendo que a ausência de pontuação faz com que esses conjuntos percam seu poder distintivo, estes foram desconsiderados do cálculo final do Índice. Dessa forma, a avaliação do ODI Cidades 2023 é aplicada a 111 conjuntos de dados, mas apenas 92 deles integram a pontuação das cidades na edição 2023¹⁰.

Por fim, foram identificados conjuntos de dados que, além de cumprirem com os todos os critérios esperados, alcançando pontuação máxima, também são bons exemplos de publicação, especialmente pela organização e completude das informações disponibilizadas. Para distingui-los, esses conjuntos foram “estrelados” — identificados com uma estrela, são referências de publicação nas quais outras cidades podem se inspirar.

PARA CONFERIR A ÍNTEGRA DA NOTA METODOLÓGICA E SABER MAIS SOBRE SEU PROCESSO DE REFORMULAÇÃO, ACESSE:

<https://go.ok.org.br/odi2023-nota>

PARA CONHECER A RELAÇÃO COMPLETA DE CONJUNTOS DE DADOS AVALIADOS, ACESSE:

<https://go.ok.org.br/odi2023-base>

PARA VER A AVALIAÇÃO COMPLETA DO ODI CIDADES 2023 E EXPLORAR OS RESULTADOS EM CADA CIDADE, DIMENSÃO E CONJUNTO DE DADOS, ACESSE:

<https://indexdadosabertos.ok.org.br/>

10. Os conjuntos desconsiderados do cálculo final foram identificados individualmente nas seções de apresentação de resultados de cada dimensão temática deste relatório.

Dimensões temáticas analisadas



DIMENSÃO 1

Administração Pública

A dimensão de **Administração Pública** avalia a publicação de dados relacionados à estruturação e às rotinas das prefeituras, bem como sua interface com a população, fundamentais para compreender como a gestão municipal funciona e interage com cidadãos e cidadãs. Além disso, a abertura de dados nessa área possibilita compreender o histórico entre diferentes gestões e facilita a aproximação da sociedade dos órgãos públicos e sua articulação interna. Também cumpre papel relevante para prestação de contas e fiscalização do poder público, e para que a sociedade possa dimensionar as despesas administrativas e os recursos disponíveis.

Os 13 conjuntos de dados avaliados nesta dimensão são apresentados a seguir:

QUADRO 2

Conjuntos de dados avaliados em Administração Pública

CÓD. CAT.	CATEGORIA	CÓD. CONJ. DADOS	CONJUNTO DE DADOS
1.1.	Atendimento ao cidadão	1.1.1.	Manifestações recebidas via Ouvidoria
		1.1.2.	Pedidos de informação recebidos e respostas

QUADRO 2 (CONTINUAÇÃO)

Conjuntos de dados avaliados em Administração Pública

CÓD. CAT.	CATEGORIA	CÓD. CONJ. DADOS	CONJUNTO DE DADOS
1.1.	Atendimento ao cidadão	1.1.3.	Solicitações de serviços
1.2.	Atos administrativos	1.2.1.	Decretos, portarias e resoluções vigentes
		1.2.2.	Diário Oficial do município
1.3.	Estrutura organizacional	1.3.1.	Cargos, funções e salários (administração direta)
		1.3.2.	Órgãos e entidades da administração pública direta e indireta
1.4.	Funcionalismo público	1.4.1.	Servidores, lotação e remuneração nominal
		1.4.2.	Perfil de servidores (administração direta)
		1.4.3.	Folha de pagamento da administração indireta
		1.4.4.	<i>Perfil de servidores (administração indireta)¹¹</i>
1.5.	Patrimônio	1.5.1.	Próprios municipais
		1.5.2.	Relação de bens móveis municipais

FONTE: Elaborado por OKBR (2024).

11. O conjunto não integra a pontuação final do Índice nesta edição.

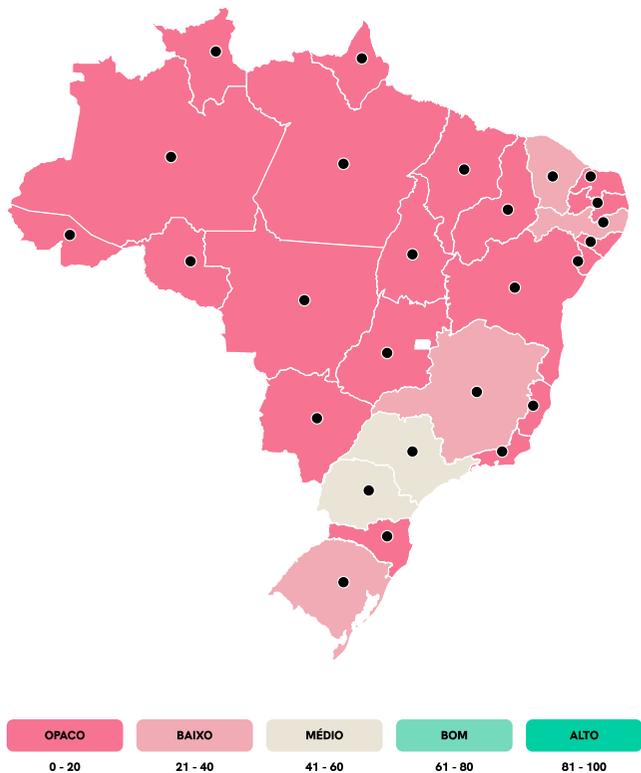
Nem sempre os dados avaliados aqui são facilmente localizados ou apresentados de forma centralizada. Além disso, parte considerável das informações relacionadas aos conjuntos analisados é divulgada em formatos fechados e, portanto, não são considerados. É o caso, por exemplo, de normativos emitidos pelo Poder Executivo (1.2.1) e de quadros gerais de cargos existentes na prefeitura, com suas respectivas funções e salários de referência (1.3.1). Em quase todas as cidades, elas são encontradas em documentos (em PDF) ou em páginas web, o que dificulta a realização de análises e o reuso dos dados.

O mesmo é observado em relação aos diários oficiais dos municípios (1.2.2), principal fonte de informação das prefeituras, já que registram todos os atos públicos realizados. Se por um lado, os diários oficiais estão disponíveis on-line em todas as capitais, em 23 delas esses arquivos estão em formatos fechados, que dificultam o acesso automatizado e tornam impraticável a busca por conteúdos de interesse. Destacam-se aqui Curitiba (PR) e Recife (PE), por publicarem a íntegra de seus diários oficiais como dados abertos. Apesar de contar com uma estrutura que caminha para a abertura total, o formato adotado por São Paulo (SP) ainda não permite o acesso à íntegra das edições, trazendo apenas uma relação de atos e processos administrativos sem o conteúdo completo — e, portanto, não pontua.

Em relação a manifestações recebidas via Ouvidoria (1.1.1) e pedidos de informação realizados via Lei de Acesso à Informação (LAI) (1.1.2), é mais comum encontrar dados estatísticos, painéis e relatórios em PDF que trazem um panorama das demandas recebidas. Em algumas cidades, foram encontrados dados relacionados aos pedidos de LAI em formato de dados abertos, mas sem variáveis cruciais que permitiriam compreender que tipo de informação está sendo demandada pela população (ou seja, o conteúdo dos pedidos) e como está sendo tratada (seu *status* de atendimento e devolutivas).

No caso dos dados sobre o funcionalismo público, a disponibilidade de informações sobre remuneração na administração indireta é menor em relação à direta. Muitas das bases encontradas são incompletas, sem abranger todas as entidades e, quase sempre, trazendo dados apenas de servidores e servidoras ativas.

Situação geral da abertura de dados de Administração Pública



MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO	NÍVEL
1º São Paulo (SP)	45	MÉDIO
2º Curitiba (PR)	43	MÉDIO
3º Recife (PE)	34	BAIXO
4º Belo Horizonte (MG)	33	BAIXO
5º Fortaleza (CE)	23	BAIXO
6º Porto Alegre (RS)	22	BAIXO
7º Cuiabá (MT)	20	OPACO
8º João Pessoa (PB)	19	OPACO
9º Salvador (BA)	18	OPACO
10º Palmas (TO)	17	OPACO
11º Belém (PA)	16	OPACO
12º Vitória (ES)	16	OPACO
13º Goiânia (GO)	13	OPACO
14º Manaus (AM)	9	OPACO
15º São Luís (MA)	9	OPACO
16º Teresina (PI)	9	OPACO
17º Rio de Janeiro (RJ)	9	OPACO
18º Boa Vista (RR)	7	OPACO
19º Macapá (AP)	7	OPACO
20º Maceió (AL)	7	OPACO
21º Porto Velho (RO)	4	OPACO
22º Aracaju (SE)	4	OPACO
23º Rio Branco (AC)	4	OPACO
24º Florianópolis (SC)	3	OPACO
25º Campo Grande (MS)	0	OPACO
26º Natal (RN)	0	OPACO

IMAGEM 4

Resultados de Administração Pública, por categoria

MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO	NÍVEL	ATENDIMENTO AO CIDADÃO	ATOS ADMINISTRATIVOS	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	FUNCIONALISMO PÚBLICO	PATRIMÔNIO
1º São Paulo (SP)	45	MÉDIO	67	0	0	93	30
2º Curitiba (PR)	43	MÉDIO	23	89	25	59	22
3º Recife (PE)	34	BAIXO	60	39	11	29	22
4º Belo Horizonte (MG)	33	BAIXO	59	0	50	29	17
5º Fortaleza (CE)	23	BAIXO	22	0	25	52	0
6º Porto Alegre (RS)	22	BAIXO	33	0	25	37	0
7º Cuiabá (MT)	20	OPACO	0	0	0	45	53
8º João Pessoa (PB)	19	OPACO	22	0	0	52	0
9º Salvador (BA)	18	OPACO	0	0	40	45	0
10º Palmas (TO)	17	OPACO	0	0	25	37	22
11º Belém (PA)	16	OPACO	0	0	0	37	42
12º Vitória (ES)	16	OPACO	0	0	25	22	37
13º Goiânia (GO)	13	OPACO	0	0	22	37	0
14º Manaus (AM)	9	OPACO	0	0	0	37	0
15º São Luís (MA)	9	OPACO	0	0	0	37	0
16º Teresina (PI)	9	OPACO	0	0	0	37	0
17º Rio de Janeiro (RJ)	9	OPACO	30	0	10	0	0
18º Boa Vista (RR)	7	OPACO	0	0	0	29	0
19º Macapá (AP)	7	OPACO	15	0	0	15	0
20º Maceió (AL)	7	OPACO	0	0	0	29	0
21º Porto Velho (RO)	4	OPACO	0	0	25	0	0
22º Aracaju (SE)	4	OPACO	0	0	0	15	0
23º Rio Branco (AC)	4	OPACO	0	0	0	0	22
24º Florianópolis (SC)	3	OPACO	11	0	0	0	0
25º Campo Grande (MS)	0	OPACO	0	0	0	0	0
26º Natal (RN)	0	OPACO	0	0	0	0	0

FONTE: Elaborado por OKBR e Café.art (2024).

Outro aspecto importante nesse âmbito é o perfil das pessoas que atuam no serviço público. Dados demográficos, que devem ser publicados de forma anonimizada por trazerem informações sensíveis como raça/cor e deficiência, permitem conhecer quem pensa e executa as políticas públicas nas cidades, bem como desenvolver análises que discutam a representatividade dessas ações. Localizados apenas em São Paulo (SP) no caso da administração direta, e com escopo delimitado apenas a servidores e servidoras da Educação, esses dados não são publicados por nenhuma cidade para pessoas que atuam na administração indireta.

Administração Pública é uma das dimensões com maior disponibilidade de dados para avaliação. Porém, isso não é sinônimo de qualidade: nenhuma capital alcança 50% da pontuação do índice, com São Paulo (SP) e Curitiba (PR) ocupando as melhores posições apenas no nível “Médio” de abertura. 20 capitais ficam no nível “Opaco”. Últimas colocadas do ranking, Campo Grande (MS) e Natal (RN) não pontuam em nenhum dos 13 conjuntos de dados avaliados.



DIMENSÃO 2

Assistência e Desenvolvimento Social

Na dimensão **Assistência e Desenvolvimento Social**, avaliam-se dados que oferecem um panorama de pessoas beneficiárias de programas sociais, relevantes para identificar características do perfil demográfico e renda familiar dos públicos priorizados nessas ações. Também neste grupo, espera-se a publicação de dados úteis para a avaliação e o monitoramento de serviços, ações e programas desenvolvidos.

De modo geral, a disponibilização de série histórica para esses conjuntos de dados permite compreender as políticas e os programas implementados, além de analisar se essas ações impactaram o desenvolvimento socioeconômico e se efetivamente transformaram as condições de vulnerabilidade das populações locais.

Os seis conjuntos de dados avaliados nesta dimensão podem ser verificados a seguir:

QUADRO 3

Conjuntos de dados avaliados em Assistência e Desenvolvimento Social

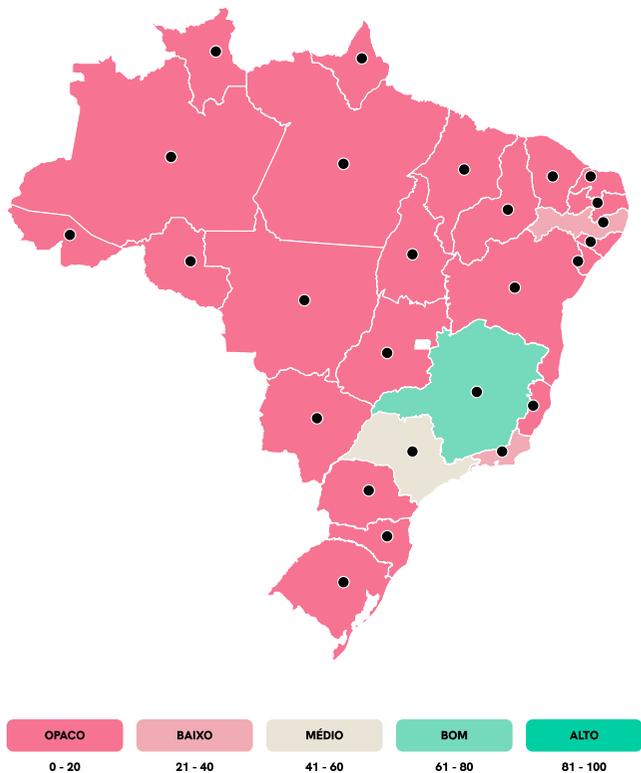
CÓD. CAT.	CATEGORIA	CÓD. CONJ. DADOS	CONJUNTO DE DADOS
2.1	CadÚnico — Cadastro Único para Programas Sociais	2.1.1.	Indivíduos cadastrados
2.2	Serviços, ações e programas	2.2.1.	Parcerias e informações contratuais
		2.2.2.	Perfil do público atendido
		2.2.3.	Rede de proteção de direitos humanos
		2.2.4.	Serviços socioassistenciais
		2.2.5.	Ações e programas para emprego e renda ¹²

FONTE: Elaborado por OKBR (2024).

Quando publicados, dados sobre indivíduos e famílias cadastradas no CadÚnico (2.1.1) são, em geral, estatísticos ou agregados — isso foi observado em cinco capitais. Apenas Belo Horizonte (MG) publica a relação individualizada e anonimizada, conforme esperado nesse conjunto, atendendo a quase todos os critérios da avaliação. O perfil do público efetivamente atendido na rede municipal (2.2.2) também é um gargalo: são encontrados dados abertos apenas em Belo Horizonte (MG) e São Paulo (SP), mas de forma bastante restrita, já que se tratam apenas de recortes e serviços específicos e não de todas as pessoas atendidas.

12. O conjunto não integra a pontuação final do Índice nesta edição.

Situação geral da abertura de dados de Assistência e Desenvolvimento Social



MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO	NÍVEL
1º Belo Horizonte (MG)	76	BOM
2º São Paulo (SP)	60	MÉDIO
3º Recife (PE)	32	BAIXO
4º Rio de Janeiro (RJ)	28	BAIXO
5º Porto Velho (RO)	20	OPACO
6º Salvador (BA)	18	OPACO
7º Curitiba (PR)	16	OPACO
8º Vitória (ES)	10	OPACO
9º Porto Alegre (RS)	8	OPACO
10º Teresina (PI)	8	OPACO
11º Macapá (AP)	6	OPACO
12º Aracaju (SE)	0	OPACO
13º Belém (PA)	0	OPACO
14º Boa Vista (RR)	0	OPACO
15º Campo Grande (MS)	0	OPACO
16º Cuiabá (MT)	0	OPACO
17º Florianópolis (SC)	0	OPACO
18º Fortaleza (CE)	0	OPACO
19º Goiânia (GO)	0	OPACO
20º João Pessoa (PB)	0	OPACO
21º Maceió (AL)	0	OPACO
22º Manaus (AM)	0	OPACO
23º Natal (RN)	0	OPACO
24º Palmas (TO)	0	OPACO
25º Rio Branco (AC)	0	OPACO
26º São Luís (MA)	0	OPACO

FONTE: Elaborado por OKBR e Café.art (2024).

Resultados de Assistência e Desenvolvimento Social por categoria

MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO	NÍVEL	CADÚNICO - CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS	SERVIÇOS, AÇÕES E PROGRAMAS
1° Belo Horizonte (MG)	76	BOM	89	72
2° São Paulo (SP)	60	MÉDIO	0	75
3° Recife (PE)	32	BAIXO	0	40
4° Rio de Janeiro (RJ)	28	BAIXO	0	35
5° Porto Velho (RO)	20	OPACO	0	25
6° Salvador (BA)	18	OPACO	0	23
7° Curitiba (PR)	16	OPACO	0	20
8° Vitória (ES)	10	OPACO	0	13
9° Porto Alegre (RS)	8	OPACO	0	10
10° Teresina (PI)	8	OPACO	0	10
11° Macapá (AP)	6	OPACO	0	8
12° Aracaju (SE)	0	OPACO	0	0
13° Belém (PA)	0	OPACO	0	0
14° Boa Vista (RR)	0	OPACO	0	0
15° Campo Grande (MS)	0	OPACO	0	0
16° Cuiabá (MT)	0	OPACO	0	0
17° Florianópolis (SC)	0	OPACO	0	0
18° Fortaleza (CE)	0	OPACO	0	0
19° Goiânia (GO)	0	OPACO	0	0
20° João Pessoa (PB)	0	OPACO	0	0
21° Maceió (AL)	0	OPACO	0	0
22° Manaus (AM)	0	OPACO	0	0
23° Natal (RN)	0	OPACO	0	0
24° Palmas (TO)	0	OPACO	0	0
25° Rio Branco (AC)	0	OPACO	0	0
26° São Luís (MA)	0	OPACO	0	0

FONTE: Elaborado por OKBR e Café.art (2024).

É comum que a execução de serviços, ações e programas socioassistenciais e de proteção aos direitos humanos seja realizada por organizações da sociedade civil, por meio de parcerias com a administração pública que envolvem transferência de recursos¹³. Para além da formalização da parceria — informação que é avaliada neste Índice no âmbito da dimensão de Finanças Públicas —, é importante acompanhar como aquilo que foi contratado está sendo efetivamente realizado. Uma forma de fazer isso é obter dados dos atendimentos e dos repasses mensais feitos pelas prefeituras às instituições parceiras (2.2.1). Conjuntos de dados abertos contendo essas informações foram encontrados apenas em São Paulo. Em geral, dados localizados em outras cidades eram mais gerais, limitando-se a informações sobre a execução dos recursos.

A relação de postos de atendimento, outro conjunto de dados avaliado pelo ODI Cidades, é útil para informar a população sobre os locais de acesso à rede de proteção de direitos humanos e serviços socioassistenciais (2.2.3 e 2.2.4). A avaliação identificou alguns bons exemplos sobre a disponibilidade dessas informações em Belo Horizonte, que atende a todos os critérios de abertura de dados. Por outro lado, nenhuma capital publica dados sobre ações e programas voltados à qualificação profissional e oportunidades de trabalho (2.2.5).

Apenas Belo Horizonte (MG) tem um nível de abertura “Bom”, enquanto São Paulo permanece em nível “Médio”, nesta dimensão. Com 22 capitais classificadas no nível “Opaco”, 15 delas não têm nenhum dos dados abertos avaliados neste Índice.

13. Essas parcerias são comumente formalizadas nos termos da Lei nº 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) e que pode ser acessada em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm. Mesmo após mais de 10 anos de legislação vigente, em algumas cidades, as parcerias ainda são chamadas pela antiga nomenclatura, “convênios” — termo atualmente usado apenas em referência a acordos entre entes e entidades da administração pública.



DIMENSÃO 3

Cultura

Em **Cultura**, são avaliados dados relacionados ao patrimônio histórico e artístico presentes nas cidades, que permitem conhecer a localização desses itens e o seu perfil de conservação. Também são analisados dados básicos para o monitoramento e avaliação de políticas culturais executadas e fomentadas pelas prefeituras, possibilitando a compreensão sobre como os governos direcionam seus investimentos nessa área, que ações priorizam e quais grupos frequentam espaços e atividades realizadas.

Ao todo, cinco conjuntos são avaliados nesta dimensão, conforme quadro a seguir:

QUADRO 4

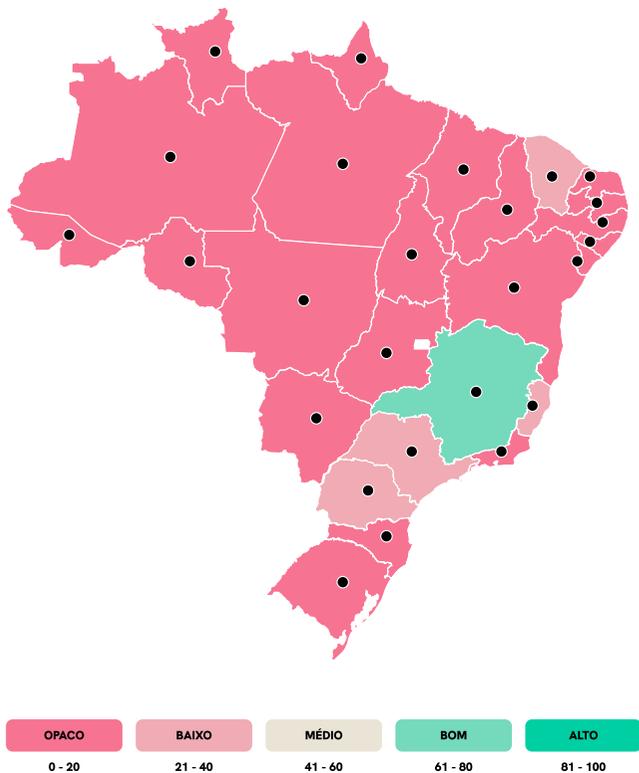
Conjuntos de dados avaliados em Cultura

CÓD. CAT.	CATEGORIA	CÓD. CONJ. DADOS	CONJUNTO DE DADOS
3.1.	Patrimônio histórico e artístico	3.1.1.	Acervos ¹⁴
		3.1.2.	Bens móveis e imóveis tombados
3.2.	Serviços, ações e programas	3.2.1.	Ações e programas fomentados
		3.2.2.	Espaços culturais
		3.2.3.	Estatísticas de atendimento

FONTE: Elaborado por OKBR (2024).

14. O conjunto não integra a pontuação final do Índice nesta edição.

Situação geral da abertura de dados de Cultura



MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO	NÍVEL
1º Belo Horizonte (MG)	70	BOM
2º Curitiba (PR)	35	BAIXO
3º São Paulo (SP)	35	BAIXO
4º Fortaleza (CE)	28	BAIXO
5º Vitória (ES)	25	BAIXO
6º Salvador (BA)	20	OPACO
7º Recife (PE)	18	OPACO
8º Belém (PA)	11	OPACO
9º Natal (RN)	10	OPACO
10º Porto Alegre (RS)	10	OPACO
11º Teresina (PI)	10	OPACO
12º Aracaju (SE)	0	OPACO
13º Boa Vista (RR)	0	OPACO
14º Campo Grande (MS)	0	OPACO
15º Cuiabá (MT)	0	OPACO
16º Florianópolis (SC)	0	OPACO
17º Goiânia (GO)	0	OPACO
18º João Pessoa (PB)	0	OPACO
19º Macapá (AP)	0	OPACO
20º Maceió (AL)	0	OPACO
21º Manaus (AM)	0	OPACO
22º Palmas (TO)	0	OPACO
23º Porto Velho (RO)	0	OPACO
24º Rio Branco (AC)	0	OPACO
25º Rio de Janeiro (RJ)	0	OPACO
26º São Luís (MA)	0	OPACO

FONTE: Elaborado por OKBR e Café.art (2024).

IMAGEM 8

Resultados de Cultura por categoria

MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO	NÍVEL	PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO	SERVIÇOS, AÇÕES E PROGRAMAS
1° Belo Horizonte (MG)	70	BOM	100	59
2° Curitiba (PR)	35	BAIXO	50	30
3° São Paulo (SP)	35	BAIXO	60	27
4° Fortaleza (CE)	28	BAIXO	60	17
5° Vitória (ES)	25	BAIXO	50	17
6° Salvador (BA)	20	OPACO	80	0
7° Recife (PE)	18	OPACO	0	23
8° Belém (PA)	11	OPACO	0	15
9° Natal (RN)	10	OPACO	40	0
10° Porto Alegre (RS)	10	OPACO	0	13
11° Teresina (PI)	10	OPACO	0	13
12° Aracaju (SE)	0	OPACO	0	0
13° Boa Vista (RR)	0	OPACO	0	0
14° Campo Grande (MS)	0	OPACO	0	0
15° Cuiabá (MT)	0	OPACO	0	0
16° Florianópolis (SC)	0	OPACO	0	0
17° Goiânia (GO)	0	OPACO	0	0
18° João Pessoa (PB)	0	OPACO	0	0
19° Macapá (AP)	0	OPACO	0	0
20° Maceió (AL)	0	OPACO	0	0
21° Manaus (AM)	0	OPACO	0	0
22° Palmas (TO)	0	OPACO	0	0
23° Porto Velho (RO)	0	OPACO	0	0
24° Rio Branco (AC)	0	OPACO	0	0
25° Rio de Janeiro (RJ)	0	OPACO	0	0
26° São Luís (MA)	0	OPACO	0	0

FONTE: Elaborado por OKBR e Café.art (2024).

Nenhuma capital publica dados abertos sobre seus acervos (3.1.1). Há casos interessantes de plataformas que dão visibilidade aos acervos municipais em Belo Horizonte (MG) e Fortaleza (CE)¹⁵, mas que atualmente não permitem a extração de dados. A existência dessas ferramentas indica, porém, que os dados já estão organizados e que poderiam ser publicados em formato aberto, nestas ou em outras plataformas de publicação de dados das prefeituras.

Também é baixo o nível de publicação de dados sobre as ações e programas fomentados pelas prefeituras (3.2.1) e o público frequentador de espaços, eventos e atividades culturais em geral (3.2.3): estes são encontrados apenas em Belo Horizonte (MG) e, de forma agregada, por Belém (PA), respectivamente.

Informações sobre bens móveis e imóveis tombados (3.1.2), quando encontradas, são apresentadas frequentemente em páginas web e relatórios PDF. Em algumas cidades, observam-se dados relacionados ao tema, mas que não atendem integralmente ao conteúdo mínimo esperado no conjunto e acabam não pontuando. É o caso de Recife (PE), cujas bases não informam sobre o tombamento, informação-chave para o tema. Dentre as cidades que publicam dados abertos, Belo Horizonte (MG) apresenta uma variedade de tipos de bens disponibilizados. Em alguns casos, também foram considerados “recortes”, conjuntos com uma amostra do universo de dados esperado, como forma de reconhecer o esforço de publicação das cidades. Uma maneira de aprimorar a qualidade das bases já publicadas é incluir outras variáveis, como o estado de conservação dos bens, que não foi observado em nenhum caso.

Também amplamente divulgada em páginas web, a relação de espaços culturais das cidades é encontrada como dados abertos em apenas oito cidades. Aqui, o conjunto de Belo Horizonte (MG) recebeu uma estrela na avaliação, sinalizando que pode ser usado como referência para aquelas cidades que pretendem abrir ou aprimorar seus dados já disponíveis. Bons exemplos também são vistos em Curitiba (PR), São Paulo (SP) e Recife (PE), apesar de não atenderem a todos os critérios da avaliação.

Belo Horizonte (MG) é a única capital com nível de abertura “Bom”, enquanto as demais capitais não atingem nem mesmo 40% da pontuação do Índice. 15 delas não disponibilizam nenhum dado aberto sobre os temas avaliados pelo Índice.

15. São elas, o portal das bibliotecas de Belo Horizonte (MG), que pode ser acessado em: <https://bibliotecasfmc.pbh.gov.br/>, e o Acervo Digital de Fortaleza, disponível em: <https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/>.



DIMENSÃO 4

Educação

Na **Educação**, o Índice leva em conta que, além de promover a transparência, os dados são insumos para subsidiar políticas que garantam o direito à educação em suas múltiplas dimensões. Por isso, são avaliados conjuntos de dados que tratam do funcionamento do sistema de ensino municipal em colaboração com políticas e planos educacionais da União e dos Estados, indo além das métricas usuais de avaliação do ensino curricular. Abrange aspectos sobre a população atendida pela rede educacional e aquela que deveria estar nela, profissionais da educação, os recursos e a infraestrutura de atendimento.

Os 11 conjuntos de dados avaliados nesta dimensão são apresentados a seguir:

QUADRO 5

Conjuntos de dados avaliados em Educação

CÓD. CAT.	CATEGORIA	CÓD. CONJ. DADOS	CONJUNTO DE DADOS
4.1.	Matrículas	4.1.1.	<i>Demanda na Educação Infantil (0 a 3 anos) e de Jovens e Adultos (EJA)¹⁶</i>
		4.1.2.	Matrículas na rede municipal
4.2.	Profissionais da educação municipal	4.2.1.	Atribuição de aulas
		4.2.2.	Perfil de profissionais
4.3.	Recursos e serviços escolares	4.3.1.	Cardápios da alimentação escolar
		4.3.2.	Oferta de alimentação escolar

16. O conjunto não integra a pontuação final do Índice nesta edição.

QUADRO 5 (CONTINUAÇÃO)

Conjuntos de dados avaliados em Educação

CÓD. CAT.	CATEGORIA	CÓD. CONJ. DADOS	CONJUNTO DE DADOS
4.3.	Recursos e serviços escolares	4.3.3.	Transferência de recursos financeiros para escolas
		4.3.4.	Transporte escolar gratuito
4.4.	Unidades educacionais	4.4.1.	<i>Quadro de profissionais necessários¹⁷</i>
		4.4.2.	Rede credenciada
		4.4.3.	Unidades educacionais no município

FONTE: Elaborado por OKBR (2024).

Apesar de figurar, enquanto área de política pública, entre as prioridades declaradas de governos, a Educação é a dimensão com o maior grau de opacidade no ODI Cidades 2023.

São Paulo (SP) se destaca com distância das outras capitais, por publicar dados relacionados a nove dos onze conjuntos de dados aqui avaliados, em alguns deles sendo a única cidade que os disponibiliza: é o caso de dados sobre atribuição de aulas entre profissionais da educação municipal (4.2.1), as refeições servidas por unidade e tipo de gestão (4.3.2), transferência de recursos financeiros para escolas (4.3.3) e as organizações credenciadas para atendimento educacional como parceiras (4.4.2).

Os dois conjuntos não contemplados por São Paulo (SP) são também aqueles não localizados em nenhuma das capitais: os microdados anonimizados do cadastro da demanda por vagas na Educação Infantil e de Jovens e Adultos (4.1.1), fundamentais para compreender não apenas quantas pessoas estão fora da rede, mas qual o perfil delas; além dos dados sobre os recursos

17. O conjunto não integra a pontuação final do Índice nesta edição.

humanos necessários para a operação das unidades (4.4.1), que permitiriam identificar gargalos de pessoal e a demanda por contratação.

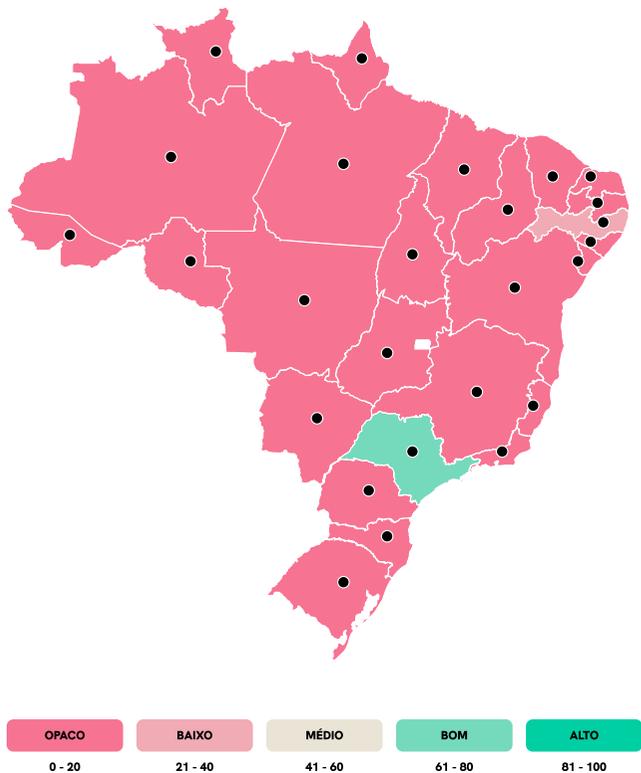
Recife (PE) e São Paulo (SP) são as duas capitais que disponibilizam dados granulares sobre matrículas na rede municipal (4.1.2), incluindo informações anonimizadas sobre o perfil dos estudantes, etapa e modalidade de ensino e unidades escolares. A publicação torna-se ainda mais fundamental no contexto de retrocessos em nível federal, com a mudança na publicação de dados educacionais¹⁸. As duas cidades também são as únicas que disponibilizam dados sobre o perfil de profissionais servidores da educação municipal (4.2.2), em que São Paulo atende a todos os critérios de abertura de dados, e sobre o transporte escolar gratuito (4.3.4), na qual Recife se sai melhor.

Embora as capitais publiquem, de forma geral, bases com informações cadastrais básicas e localização das unidades educacionais (4.4.3), apenas Belo Horizonte (MG) e São Paulo (SP) publicam dados que atendem plenamente aos critérios de abertura, que foram estrelados pela avaliação.

Apenas São Paulo (SP) atinge nível de abertura “Bom”, com boas pontuações em todas as categorias. Apesar da pontuação alta em dados relacionados a matrículas, Recife (PE) alcança apenas nível “Baixo” devido à menor disponibilidade dos demais conjuntos. 24 capitais foram classificadas como “Opacas”, com 12 delas zerando por não terem dados disponíveis para esta avaliação.

18. Em fevereiro de 2022, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) retirou do ar toda a série histórica de bases de dados do Censo da Educação Básica e do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Alegando adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o órgão publicou novas bases em formato excessivamente simplificado e agregado, que descaracterizam o formato de microdados e inviabilizam alguns tipos de análise, como cruzamentos entre raça/cor, sexo e idade. A medida foi criticada por diversas entidades do campo científico e educacional, da transparência e por órgãos de controle.

Situação geral da abertura de dados de Educação



MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO	NÍVEL
1º São Paulo (SP)	75	BOM
2º Recife (PE)	39	BAIXO
3º Belo Horizonte (MG)	11	OPACO
4º Porto Alegre (RS)	10	OPACO
5º Rio de Janeiro (RJ)	10	OPACO
6º Curitiba (PR)	9	OPACO
7º Fortaleza (CE)	7	OPACO
8º Porto Velho (RO)	6	OPACO
9º Vitória (ES)	6	OPACO
10º Teresina (PI)	4	OPACO
11º Salvador (BA)	3	OPACO
12º Manaus (AM)	2	OPACO
13º Natal (RN)	2	OPACO
14º Macapá (AP)	1	OPACO
15º Aracaju (SE)	0	OPACO
16º Belém (PA)	0	OPACO
17º Boa Vista (RR)	0	OPACO
18º Campo Grande (MS)	0	OPACO
19º Cuiabá (MT)	0	OPACO
20º Florianópolis (SC)	0	OPACO
21º Goiânia (GO)	0	OPACO
22º João Pessoa (PB)	0	OPACO
23º Maceió (AL)	0	OPACO
24º Palmas (TO)	0	OPACO
25º Rio Branco (AC)	0	OPACO
26º São Luís (MA)	0	OPACO

FONTE: Elaborado por OKBR e Café.art (2024).

Resultados de Educação por categoria

MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO	NÍVEL	MATRÍCULAS	PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL	RECURSOS E SERVIÇOS ESCOLARES	UNIDADES EDUCACIONAIS
1° São Paulo (SP)	75	BOM	89	85	61	84
2° Recife (PE)	39	BAIXO	89	45	22	40
3° Belo Horizonte (MG)	11	OPACO	0	0	0	50
4° Porto Alegre (RS)	10	OPACO	0	0	0	45
5° Rio de Janeiro (RJ)	10	OPACO	0	0	0	45
6° Curitiba (PR)	9	OPACO	0	0	0	40
7° Fortaleza (CE)	7	OPACO	0	0	0	30
8° Porto Velho (RO)	6	OPACO	0	0	0	25
9° Vitória (ES)	6	OPACO	0	0	0	25
10° Teresina (PI)	4	OPACO	0	0	0	20
11° Salvador (BA)	3	OPACO	0	0	0	15
12° Manaus (AM)	2	OPACO	0	0	0	10
13° Natal (RN)	2	OPACO	0	0	0	10
14° Macapá (AP)	1	OPACO	0	0	3	0
15° Aracaju (SE)	0	OPACO	0	0	0	0
16° Belém (PA)	0	OPACO	0	0	0	0
17° Boa Vista (RR)	0	OPACO	0	0	0	0
18° Campo Grande (MS)	0	OPACO	0	0	0	0
19° Cuiabá (MT)	0	OPACO	0	0	0	0
20° Florianópolis (SC)	0	OPACO	0	0	0	0
21° Goiânia (GO)	0	OPACO	0	0	0	0
22° João Pessoa (PB)	0	OPACO	0	0	0	0
23° Maceió (AL)	0	OPACO	0	0	0	0
24° Palmas (TO)	0	OPACO	0	0	0	0
25° Rio Branco (AC)	0	OPACO	0	0	0	0
26° São Luís (MA)	0	OPACO	0	0	0	0

FONTE: Elaborado por OKBR e Café.art (2024).



DIMENSÃO 5

Esporte e Lazer

Na dimensão **Esporte e Lazer**, são avaliados conjuntos de dados que permitem traçar um panorama sobre o acesso e localização de equipamentos esportivos, serviços, ações e programas fomentados, parcerias estabelecidas e público mensurado e atendido.

Os quatro conjuntos de dados avaliados nesta dimensão são apresentados a seguir:

QUADRO 6

Conjuntos de dados avaliados em Esporte e Lazer

CÓD. CAT.	CATEGORIA	CÓD. CONJ. DADOS	CONJUNTO DE DADOS
5.1.	Serviços, ações e programas	5.1.1.	Equipamentos esportivos
		5.1.2.	Estatísticas de atendimento
		5.1.3.	<i>Parcerias e informações contratuais¹⁹</i>
		5.1.4.	Projetos fomentados

FONTE: Elaborado por OKBR (2024).

A indisponibilidade de dados sobre o tema é o que marca esta dimensão. É a terceira dimensão mais zerada no ranking, tendo 18 capitais sem dados abertos que contemplem esta avaliação.

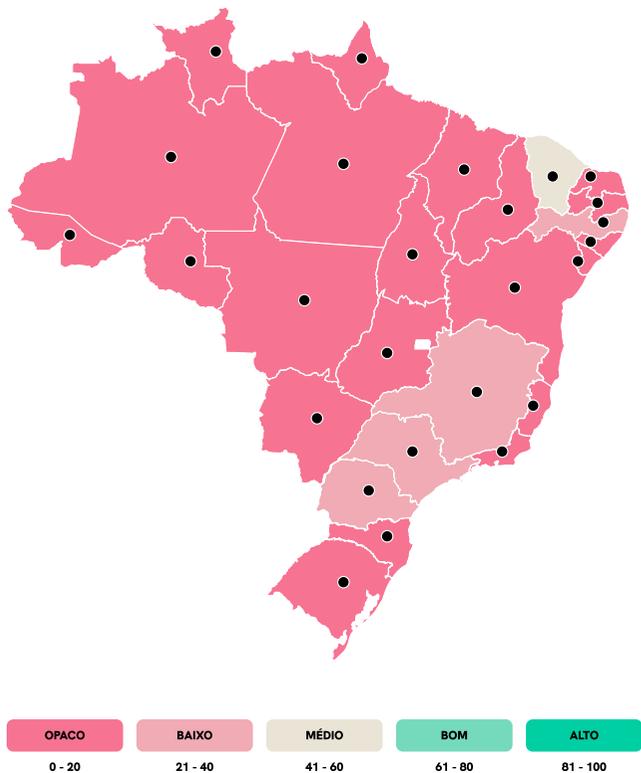
19. O conjunto não integra a pontuação final do Índice nesta edição.

Fortaleza (CE), a mais bem colocada, permanece no nível “Médio” de abertura, sem atingir 50% da pontuação do Índice. É a única cidade que publica dados sobre o público frequentador de equipamentos e atividades esportivas (5.1.1) e projetos fomentados (5.1.4), mas ainda assim de forma bastante limitada: além de serem apenas recortes, trazendo dados sobre espaços e ações específicos, a qualidade é baixa, sobretudo em relação a formato, licenciamento e temporalidade.

Nenhuma capital pontua o conjunto sobre parcerias e informações contratuais (5.1.3). Assim como acontece na área de Assistência Social, políticas e ações de Esporte e Lazer são realizadas por entidades da sociedade civil e os dados sobre sua execução permitem monitorá-las a partir de atendimentos e repasses mensais efetuados e analisá-las em relação ao que foi contratado. Quando disponíveis, os dados publicados fornecem informações sobre os contratos firmados, mas não sobre a sua execução.

Como exemplo positivo, Belo Horizonte (MG) publica dados básicos de equipamentos esportivos (5.1.1), podendo ser uma referência para as 18 cidades que não disponibilizam nenhuma informação sobre eles.

Situação geral da abertura de dados de Esporte e Lazer



MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO	NÍVEL
1º Fortaleza (CE)	42	MÉDIO
2º Belo Horizonte (MG)	33	BAIXO
3º Curitiba (PR)	27	BAIXO
4º Recife (PE)	27	BAIXO
5º São Paulo (SP)	23	BAIXO
6º Vitória (ES)	17	OPACO
7º Porto Alegre (RS)	13	OPACO
8º Teresina (PI)	13	OPACO
9º Aracaju (SE)	0	OPACO
10º Belém (PA)	0	OPACO
11º Boa Vista (RR)	0	OPACO
12º Campo Grande (MS)	0	OPACO
13º Cuiabá (MT)	0	OPACO
14º Florianópolis (SC)	0	OPACO
15º Goiânia (GO)	0	OPACO
16º João Pessoa (PB)	0	OPACO
17º Macapá (AP)	0	OPACO
18º Maceió (AL)	0	OPACO
19º Manaus (AM)	0	OPACO
20º Natal (RN)	0	OPACO
21º Palmas (TO)	0	OPACO
22º Porto Velho (RO)	0	OPACO
23º Rio Branco (AC)	0	OPACO
24º Rio de Janeiro (RJ)	0	OPACO
25º Salvador (BA)	0	OPACO
26º São Luís (MA)	0	OPACO

FONTE: Elaborado por OKBR e Café.art (2024).

IMAGEM 12

Resultados de Esporte e Lazer por categoria

MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO	NÍVEL	SERVIÇOS, AÇÕES E PROGRAMAS
1º Fortaleza (CE)	42	MÉDIO	42
2º Belo Horizonte (MG)	33	BAIXO	33
3º Curitiba (PR)	27	BAIXO	27
4º Recife (PE)	27	BAIXO	27
5º São Paulo (SP)	23	BAIXO	23
6º Vitória (ES)	17	OPACO	17
7º Porto Alegre (RS)	13	OPACO	13
8º Teresina (PI)	13	OPACO	13
9º Aracaju (SE)	0	OPACO	0
10º Belém (PA)	0	OPACO	0
11º Boa Vista (RR)	0	OPACO	0
12º Campo Grande (MS)	0	OPACO	0
13º Cuiabá (MT)	0	OPACO	0
14º Florianópolis (SC)	0	OPACO	0
15º Goiânia (GO)	0	OPACO	0
16º João Pessoa (PB)	0	OPACO	0
17º Macapá (AP)	0	OPACO	0
18º Maceió (AL)	0	OPACO	0
19º Manaus (AM)	0	OPACO	0
20º Natal (RN)	0	OPACO	0
21º Palmas (TO)	0	OPACO	0
22º Porto Velho (RO)	0	OPACO	0
23º Rio Branco (AC)	0	OPACO	0
24º Rio de Janeiro (RJ)	0	OPACO	0
25º Salvador (BA)	0	OPACO	0
26º São Luís (MA)	0	OPACO	0

FONTE: Elaborado por OKBR e Café.art (2024).



DIMENSÃO 6

Finanças Públicas

Em **Finanças Públicas**, são avaliados conjuntos de dados sobre os principais instrumentos do planejamento orçamentário governamental previstos na legislação, a aplicação dos recursos e a realização de procedimentos administrativos para a efetivação de contratações públicas. Além de serem dados imprescindíveis para a prestação de contas e o monitoramento do bom uso dos recursos públicos, permitem identificar as prioridades de investimento das prefeituras no curto, médio e longo prazo e analisar se a execução orçamentária e as contratações empreendidas são coerentes com tais diretrizes.

Ao todo, são avaliados sete conjuntos de dados, relacionados a seguir:

QUADRO 7

Conjuntos de dados avaliados em Finanças Públicas

CÓD. CAT.	CATEGORIA	CÓD. CONJ. DADOS	CONJUNTO DE DADOS
6.1.	Planejamento orçamentário	6.1.1.	Plano Plurianual (PPA)
		6.1.2.	<i>Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)</i> ²⁰
		6.1.3.	Lei Orçamentária Anual (LOA)
6.2.	Execução orçamentária	6.2.1.	Despesas
		6.2.2.	Receitas
6.3.	Contratações, convênios e parcerias	6.3.1.	Informações contratuais e de execução
		6.3.2.	Processos licitatórios

FONTE: Elaborado por OKBR (2024).

²⁰. O conjunto não integra a pontuação final do Índice nesta edição.

Como a divulgação de informações sobre finanças públicas é, em geral, determinada por normas específicas, a transparência ativa dessa área está mais consolidada que em outros temas de políticas públicas. Isso, no entanto, não se reflete amplamente na disponibilidade de dados abertos. Com frequência, as informações estão “presas” em PDFs — sobretudo no caso de dados relacionados ao planejamento orçamentário.

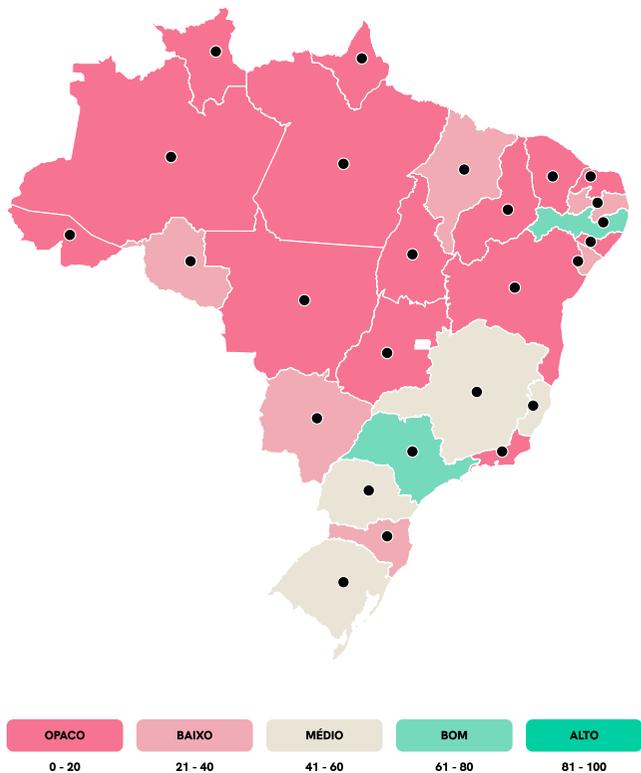
Dados abertos completos a respeito do Plano Plurianual (PPA) (6.1.1), isto é, contendo ao menos as receitas projetadas e despesas por programa, projeto e ação, por ano, além da identificação de órgãos responsáveis e unidades orçamentárias, foram encontrados apenas em duas cidades. Em Belo Horizonte (MG), os dados apresentam lacunas em relação a licenciamento, documentação e formato, mas são bastante completos, contando com a publicação de uma base apenas para metas físicas. Já São Paulo (SP) alcança pontuação máxima, sendo um bom exemplo, sobretudo pela quantidade de variáveis apresentada e pela granularidade, trazendo uma perspectiva de regionalização do orçamento. Ambas as cidades, ao lado de Goiânia (GO), também disponibilizam dados da Lei Orçamentária Anual (LOA) (6.1.3), mas com um nível de qualidade menor.

Foram encontrados dados parciais em algumas cidades em ambos os casos, como Porto Alegre (RS), Vitória (ES) e Fortaleza (CE). Mas pela ausência de variáveis fundamentais — como receitas e unidades orçamentárias — essas bases de dados não foram pontuadas.

No âmbito do planejamento, o gargalo maior fica com os dados da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) (6.1.2), instrumento que conecta o PPA a LOA e, com eles, as perspectivas de longo e curto prazo. Dados abertos sobre o tema não foram encontrados em nenhuma cidade.

Em relação à execução orçamentária, a disponibilidade de dados é maior: 12 cidades pontuam nos conjuntos sobre despesas (6.2.1) e 16, sobre receitas (6.2.2), com pontuações máximas para Recife (PE) e São Paulo (SP), que ganha estrela no conjunto de dados sobre despesas por apresentar uma base com alto grau de detalhamento, além de atender a todos os critérios.

Situação geral da abertura de dados de Finanças Públicas



MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO	NÍVEL
1º São Paulo (SP)	78	BOM
2º Recife (PE)	61	BOM
3º Belo Horizonte (MG)	58	MÉDIO
4º Curitiba (PR)	48	MÉDIO
5º Porto Alegre (RS)	46	MÉDIO
6º Vitória (ES)	43	MÉDIO
7º Campo Grande (MS)	33	BAIXO
8º Porto Velho (RO)	30	BAIXO
9º Florianópolis (SC)	29	BAIXO
10º São Luís (MA)	24	BAIXO
11º João Pessoa (PB)	22	BAIXO
12º Aracaju (SE)	22	BAIXO
13º Fortaleza (CE)	20	OPACO
14º Cuiabá (MT)	19	OPACO
15º Palmas (TO)	19	OPACO
16º Salvador (BA)	19	OPACO
17º Macapá (AP)	17	OPACO
18º Manaus (AM)	13	OPACO
19º Maceió (AL)	9	OPACO
20º Rio Branco (AC)	7	OPACO
21º Teresina (PI)	7	OPACO
22º Goiânia (GO)	6	OPACO
23º Belém (PA)	4	OPACO
24º Boa Vista (RR)	0	OPACO
25º Natal (RN)	0	OPACO
26º Rio de Janeiro (RJ)	0	OPACO

FONTE: Elaborado por OKBR e Café.art (2024).

Resultados de Finanças Públicas por categoria

MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO	NÍVEL	PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	CONTRATAÇÕES, CONVÊNIOS E PARCERIAS
1° São Paulo (SP)	78	BOM	89	100	45
2° Recife (PE)	61	BOM	0	100	84
3° Belo Horizonte (MG)	58	MÉDIO	50	67	56
4° Curitiba (PR)	48	MÉDIO	0	89	56
5° Porto Alegre (RS)	46	MÉDIO	0	78	61
6° Vitória (ES)	43	MÉDIO	0	62	67
7° Campo Grande (MS)	33	BAIXO	0	50	50
8° Porto Velho (RO)	30	BAIXO	0	28	62
9° Florianópolis (SC)	29	BAIXO	0	44	44
10° São Luís (MA)	24	BAIXO	0	17	56
11° João Pessoa (PB)	22	BAIXO	0	0	67
12° Aracaju (SE)	22	BAIXO	0	44	22
13° Fortaleza (CE)	20	OPACO	0	22	39
14° Cuiabá (MT)	19	OPACO	0	0	56
15° Palmas (TO)	19	OPACO	0	0	56
16° Salvador (BA)	19	OPACO	0	56	0
17° Macapá (AP)	17	OPACO	0	50	0
18° Manaus (AM)	13	OPACO	0	0	39
19° Maceió (AL)	9	OPACO	0	0	28
20° Rio Branco (AC)	7	OPACO	0	0	22
21° Teresina (PI)	7	OPACO	0	22	0
22° Goiânia (GO)	6	OPACO	17	0	0
23° Belém (PA)	4	OPACO	0	11	0
24° Boa Vista (RR)	0	OPACO	0	0	0
25° Natal (RN)	0	OPACO	0	0	0
26° Rio de Janeiro (RJ)	0	OPACO	0	0	0

FONTE: Elaborado por OKBR e Café.art (2024).

Uma particularidade observada no caso desses conjuntos é que, em geral, as cidades publicam dados de atualização diária em Portais da Transparência e séries históricas nos Portais de Dados Abertos, quase sempre atualizadas mensalmente. Nesses casos, para os fins desta avaliação, foi realizada uma análise conjugada entre as duas fontes. No entanto, há diferenças entre elas, especialmente quanto à disponibilização de documentação e de APIs. É fundamental que os Portais da Transparência municipais também disponibilizem ou, ao menos, referenciem a existência desses recursos.

Outro ponto de atenção em relação aos dados de planejamento e execução orçamentários é a codificação das informações. É comum observar o uso de códigos para identificar características de receitas e despesas (categoria, natureza, etc.) e classificar itens (como unidades orçamentárias, fontes, elementos, programas e ações), sem a correspondente descrição sobre o que significam. Isso torna a disponibilização de documentação — metadados e dicionários de dados — ainda mais indispensáveis.

A disponibilidade de dados sobre contratações, convênios e parcerias também é maior: os conjuntos ficam entre aqueles com mais cidades pontuando em todo o Índice. No entanto, a qualidade dos dados é menor, já que nenhuma cidade atende a todos os critérios da avaliação. Neles, também se observam casos de uso simultâneo de Portais da Transparência e de Dados Abertos, com variações na disponibilidade ou não de documentação e APIs.

Houve ainda casos em que dados foram localizados, mas que não foram pontuados por não apresentarem informações fundamentais, como objeto, contratante e datas de referência, que permitem identificar o que foi contratado, por quem, quando e por quanto tempo.

Nesta dimensão, duas capitais atingem nível “Bom”: São Paulo (SP) e Recife (PE), sobretudo pela disponibilidade de dados relacionados à execução orçamentária. É a dimensão com menos cidades classificadas no nível “Opaco”. Apenas Rio de Janeiro (RJ), Natal (RN) e Boa Vista (RR) não pontuam nenhum dos sete conjuntos de dados avaliados.



DIMENSÃO 7

Habitação

Em **Habitação**, são avaliados conjuntos de dados sobre favelas e comunidades urbanas, informações que são relevantes para identificar a disponibilidade de infraestruturas que qualificam os níveis de urbanização no território. Também inclui dados relacionados a programas de habitação popular que possibilitam o exercício do controle social sobre a execução das ações desenvolvidas, além de dimensionar o contingente populacional que aguarda acesso aos programas e caracterizar o público atendido.

Essa é outra dimensão em que a disponibilidade de série histórica também tem grande relevância, pois permite registrar os avanços das políticas habitacionais nos municípios e contextualizar transformações relacionadas à expansão e regularização urbanas.

Os seis conjuntos de dados avaliados nesta dimensão são apresentados a seguir:

QUADRO 8

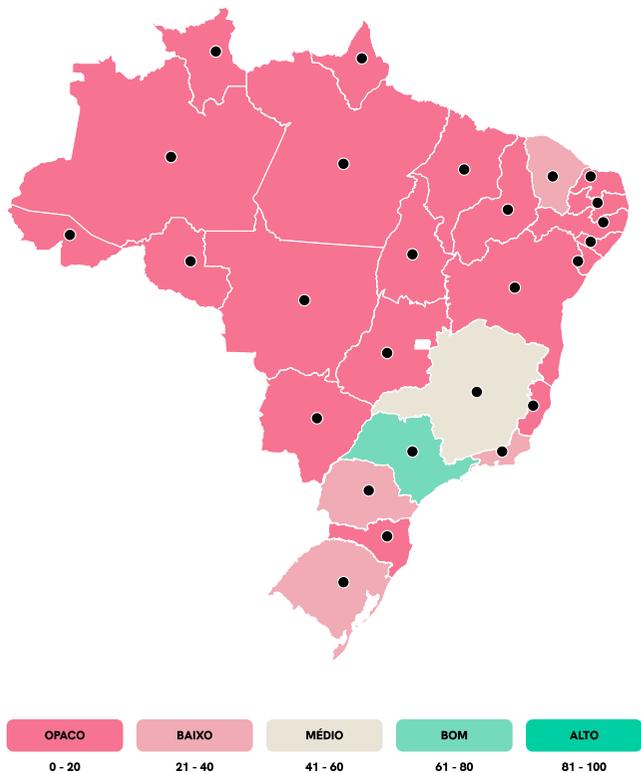
Conjuntos de dados avaliados em Habitação

CÓD. CAT.	CATEGORIA	CÓD. CONJ. DADOS	CONJUNTO DE DADOS
7.1	Favelas e comunidades urbanas	7.1.1.	Núcleos urbanizados
		7.1.2.	Favelas, cortiços e loteamentos irregulares
7.2	Programas de habitação popular	7.2.1.	<i>Atendimento/ execução²¹</i>
		7.2.2.	Conjuntos habitacionais e outros empreendimentos sociais
		7.2.3.	Fila de acesso aos programas
		7.2.4.	<i>Perfil de beneficiários</i>

FONTE: Elaborado por OKBR, 2024.

21. Os conjuntos 7.2.1. e 7.2.4. não integram a pontuação final do Índice nesta edição.

Situação geral da abertura de dados de Habitação



MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO	NÍVEL
1º São Paulo (SP)	64	BOM
2º Belo Horizonte (MG)	50	MÉDIO
3º Fortaleza (CE)	40	BAIXO
4º Curitiba (PR)	35	BAIXO
5º Porto Alegre (RS)	23	BAIXO
6º Rio de Janeiro (RJ)	23	BAIXO
7º Porto Velho (RO)	20	OPACO
8º Aracaju (SE)	0	OPACO
9º Belém (PA)	0	OPACO
10º Boa Vista (RR)	0	OPACO
11º Campo Grande (MS)	0	OPACO
12º Cuiabá (MT)	0	OPACO
13º Florianópolis (SC)	0	OPACO
14º Goiânia (GO)	0	OPACO
15º João Pessoa (PB)	0	OPACO
16º Macapá (AP)	0	OPACO
17º Maceió (AL)	0	OPACO
18º Manaus (AM)	0	OPACO
19º Natal (RN)	0	OPACO
20º Palmas (TO)	0	OPACO
21º Recife (PE)	0	OPACO
22º Rio Branco (AC)	0	OPACO
23º Salvador (BA)	0	OPACO
24º São Luís (MA)	0	OPACO
25º Teresina (PI)	0	OPACO
26º Vitória (ES)	0	OPACO

FONTE: Elaborado por OKBR e Café.art (2024).

Resultados de Habitação por categoria

MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO	NÍVEL	AGLOMERADOS SUBNORMAIS	PROGRAMAS DE HABITAÇÃO POPULAR
1º São Paulo (SP)	64	BOM	70	58
2º Belo Horizonte (MG)	50	MÉDIO	50	50
3º Fortaleza (CE)	40	BAIXO	50	30
4º Curitiba (PR)	35	BAIXO	30	39
5º Porto Alegre (RS)	23	BAIXO	20	25
6º Rio de Janeiro (RJ)	23	BAIXO	45	0
7º Porto Velho (RO)	20	OPACO	20	20
8º Aracaju (SE)	0	OPACO	0	0
9º Belém (PA)	0	OPACO	0	0
10º Boa Vista (RR)	0	OPACO	0	0
11º Campo Grande (MS)	0	OPACO	0	0
12º Cuiabá (MT)	0	OPACO	0	0
13º Florianópolis (SC)	0	OPACO	0	0
14º Goiânia (GO)	0	OPACO	0	0
15º João Pessoa (PB)	0	OPACO	0	0
16º Macapá (AP)	0	OPACO	0	0
17º Maceió (AL)	0	OPACO	0	0
18º Manaus (AM)	0	OPACO	0	0
19º Natal (RN)	0	OPACO	0	0
20º Palmas (TO)	0	OPACO	0	0
21º Recife (PE)	0	OPACO	0	0
22º Rio Branco (AC)	0	OPACO	0	0
23º Salvador (BA)	0	OPACO	0	0
24º São Luís (MA)	0	OPACO	0	0
25º Teresina (PI)	0	OPACO	0	0
26º Vitória (ES)	0	OPACO	0	0

FONTE: Elaborado por OKBR e Café.art (2024).

De modo geral, esta dimensão figura entre as que têm maior indisponibilidade de dados para avaliação. 19 das 26 capitais avaliadas zeraram sua pontuação, devido à inexistência de dados abertos para os conjuntos avaliados.

São Paulo (SP) é a única que atinge um nível de abertura “Bom”. Apesar disso, não contempla integralmente os critérios de disponibilidade e de abertura de dados na maioria dos conjuntos avaliados. O mesmo vale para Belo Horizonte (MG), que atinge nível “Médio”.

Belo Horizonte (MG) apresenta boas referências na publicação de dados sobre favelas, cortiços e loteamentos irregulares (7.1.2) e conjuntos habitacionais e outros empreendimentos sociais (7.2.2), atendendo integralmente às informações mínimas requeridas e a todos os critérios de abertura de dados. Em ambos os casos, dados abertos são encontrados em mais algumas cidades — entre elas, São Paulo (SP) e Fortaleza (CE), as únicas capitais a disponibilizarem dados sobre núcleos urbanizados, que possuem infraestrutura básica como água e esgoto, iluminação pública e coleta de lixo, contendo todas as informações esperadas.

Nenhuma capital disponibiliza dados com os conteúdos mínimos esperados a respeito de atendimentos e execução de programas de habitação (7.1.2), nem a relação anonimizada de pessoas beneficiárias de programas de habitação popular, que permitiria traçar seu perfil demográfico (7.2.4).



DIMENSÃO 8

Infraestrutura Urbana

Além de fazer um mapeamento da distribuição de equipamentos e espaços públicos e da acessibilidade do meio físico nas cidades, a dimensão **Infraestrutura Urbana** também compreende conjuntos de dados que tratam da construção e da gestão de novos empreendimentos públicos.

Os nove conjuntos de dados avaliados nesta dimensão são apresentados a seguir:

QUADRO 9

Conjuntos de dados avaliados em Infraestrutura Urbana

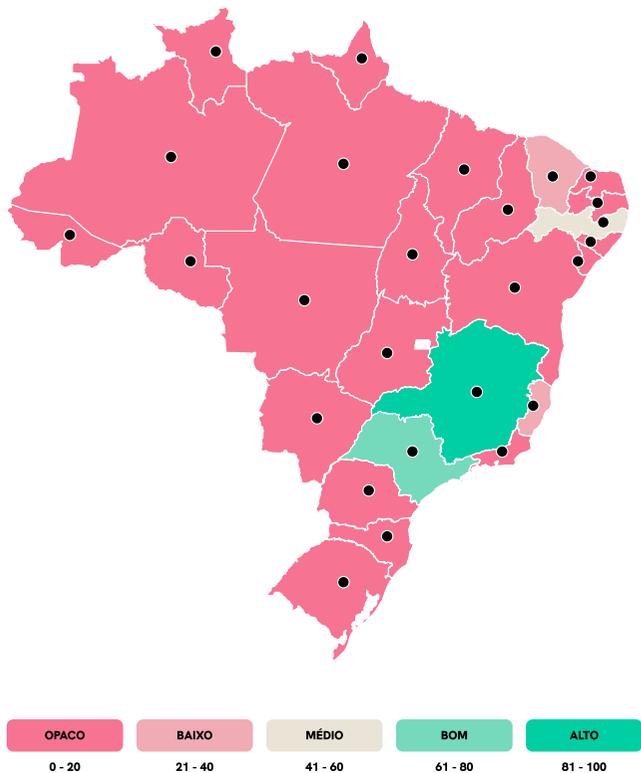
CÓD. CAT.	CATEGORIA	CÓD. CONJ. DADOS	CONJUNTO DE DADOS
8.1.	Conectividade	8.1.1.	Pontos com wi-fi público
		8.1.2.	Telecentros
8.2.	Empreendimentos urbanos	8.2.1.	Obras públicas
		8.2.2.	<i>Parcerias público-privadas e concessões²²</i>
8.3.	Espaços públicos	8.3.1.	Acessibilidade
		8.3.2.	Calçadas
		8.3.3.	Cemitérios
		8.3.4.	Iluminação pública
		8.3.5.	Parques e praças

FONTE: Elaborado por OKBR (2024).

Belo Horizonte (MG) é o município com melhor desempenho em Infraestrutura Urbana, atingindo nível de abertura “Alto” e a **maior pontuação alcançada em uma dimensão em todo o Índice**. A cidade obteve pontuação máxima em seis dos nove conjuntos avaliados, ganhando estrelas em dois deles: as relações de pontos de iluminação (8.3.4) e de parques e praças municipais (8.3.5) geolocalizados.

22. O conjunto não integra a pontuação final do Índice nesta edição.

Situação geral da abertura de dados de Infraestrutura Urbana



MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO	NÍVEL
1º Belo Horizonte (MG)	84	ALTO
2º São Paulo (SP)	68	BOM
3º Recife (PE)	53	MÉDIO
4º Vitória (ES)	38	BAIXO
5º Fortaleza (CE)	31	BAIXO
6º Curitiba (PR)	11	OPACO
7º Rio de Janeiro (RJ)	9	OPACO
8º João Pessoa (PB)	6	OPACO
9º Porto Velho (RO)	6	OPACO
10º Goiânia (GO)	5	OPACO
11º Palmas (TO)	5	OPACO
12º Macapá (AP)	4	OPACO
13º Maceió (AL)	4	OPACO
14º Aracaju (SE)	0	OPACO
15º Belém (PA)	0	OPACO
16º Boa Vista (RR)	0	OPACO
17º Campo Grande (MS)	0	OPACO
18º Cuiabá (MT)	0	OPACO
19º Florianópolis (SC)	0	OPACO
20º Manaus (AM)	0	OPACO
21º Natal (RN)	0	OPACO
22º Porto Alegre (RS)	0	OPACO
23º Rio Branco (AC)	0	OPACO
24º Salvador (BA)	0	OPACO
25º São Luís (MA)	0	OPACO
26º Teresina (PI)	0	OPACO

FONTE: Elaborado por OKBR e Café.art (2024).

Resultados de Infraestrutura Urbana por categoria

MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO	NÍVEL	CONECTIVIDADE	EMPREENDIMENTOS URBANOS	ESPAÇOS PÚBLICOS
1° Belo Horizonte (MG)	84	ALTO	85	100	80
2° São Paulo (SP)	68	BOM	65	80	66
3° Recife (PE)	53	MÉDIO	45	30	60
4° Vitória (ES)	38	BAIXO	50	50	30
5° Fortaleza (CE)	31	BAIXO	30	50	28
6° Curitiba (PR)	11	OPACO	0	40	10
7° Rio de Janeiro (RJ)	9	OPACO	0	0	14
8° João Pessoa (PB)	6	OPACO	0	50	0
9° Porto Velho (RO)	6	OPACO	0	50	0
10° Goiânia (GO)	5	OPACO	0	40	0
11° Palmas (TO)	5	OPACO	0	40	0
12° Macapá (AP)	4	OPACO	0	30	0
13° Maceió (AL)	4	OPACO	0	30	0
14° Aracaju (SE)	0	OPACO	0	0	0
15° Belém (PA)	0	OPACO	0	0	0
16° Boa Vista (RR)	0	OPACO	0	0	0
17° Campo Grande (MS)	0	OPACO	0	0	0
18° Cuiabá (MT)	0	OPACO	0	0	0
19° Florianópolis (SC)	0	OPACO	0	0	0
20° Manaus (AM)	0	OPACO	0	0	0
21° Natal (RN)	0	OPACO	0	0	0
22° Porto Alegre (RS)	0	OPACO	0	0	0
23° Rio Branco (AC)	0	OPACO	0	0	0
24° Salvador (BA)	0	OPACO	0	0	0
25° São Luís (MA)	0	OPACO	0	0	0
26° Teresina (PI)	0	OPACO	0	0	0

FONTE: Elaborado por OKBR e Café.art (2024).

Entre os conjuntos que a cidade não publica está o de acessibilidade dos espaços públicos para pessoas com deficiência (8.3.1). Esses dados são publicados apenas por São Paulo (SP) e, mesmo assim, sem atender a todos os indicadores de padrões de abertura de dados, além de ter problemas de organização das informações. A indisponibilidade de dados nesse tema de maneira geral nas outras cidades pode esconder um cenário de baixa inclusão em espaços e serviços públicos.

O conjunto com maior disponibilidade nesta dimensão é o referente às obras públicas (8.2.2), tema com forte apelo do ponto de vista do controle social: ele foi encontrado em 12 cidades. No entanto, a qualidade geral é baixa. Além dos próprios aspectos de dados abertos — como disponibilidade em formatos não-proprietários, com documentação e licença e periodicidade indicada —, uma forma de aprimorar os dados já disponíveis é incluindo também, além de projetos aprovados, aqueles em análise e não autorizados.

Há casos pontuais de cidades que publicam dados abertos relacionados a obras públicas, mas focados especialmente em execução orçamentária, deixando de informar uma das informações-chave buscadas neste conjunto: o andamento das obras. Há ainda cidades com ferramentas interessantes de transparência ativa, como Campo Grande (MS)²³, mas que também ficam de fora da avaliação por não fornecerem dados abertos.

Já a relação das parcerias público-privadas e concessões realizadas pelos municípios (8.2.2), dados fundamentais para compreender o padrão de participação da iniciativa privada na gestão de espaços e serviços públicos, não foram localizadas em nenhuma capital, deixando de compor a nota final do Índice nesta edição.

Além de Belo Horizonte (MG) com desempenho “Alto”, São Paulo (SP) e Recife (PE) se distanciam das demais capitais ao apresentarem níveis “Bom” e “Médio” de abertura, respectivamente. Apesar de ser a dimensão com melhores e mais altos níveis de abertura, no outro extremo, 21 capitais foram consideradas “Opacas”. Em 13 capitais, não foram localizados dados abertos que contemplassem os conjuntos avaliados.

23. Veja o mapa das obras públicas na cidade em: <https://obras.campogrande.ms.gov.br/mapa/>. É possível acessar os contratos e maiores detalhes de cada obra, mas não há dados abertos disponíveis.



DIMENSÃO 9

Legislação

A dimensão **Legislação** avalia o nível de abertura e qualidade de informações sobre normas vigentes e os projetos que tramitam nas casas legislativas. Compreendendo dois conjuntos, apresentados no quadro a seguir, esses dados são buscados nos *websites* das câmaras municipais.

QUADRO 10

Conjuntos de dados avaliados em Legislação

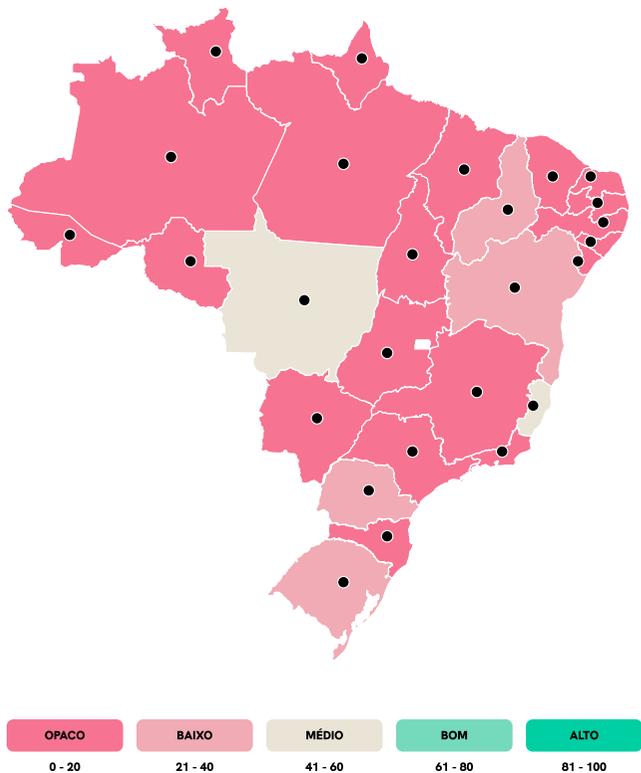
CÓD. CAT.	CATEGORIA	CÓD. CONJ. DADOS	CONJUNTO DE DADOS
9.1.	Leis e normas municipais	9.1.1.	Legislação vigente <i>A ser verificado nas câmaras municipais</i>
		9.1.2.	Proposições legislativas <i>A ser verificado nas câmaras municipais</i>

FONTE: Elaborado por OKBR (2024).

Ainda que estejam disponíveis para acesso público e atendendo a finalidades relacionadas à transparência, os acervos legislativos dos municípios ainda precisam ser “libertados” em forma de dados abertos. Os portais têm, em geral, sistemas de busca com diversidade de filtros e, em alguns casos, acesso via API. No entanto, os dados que alimentam esses sistemas não estão disponíveis para download. Por se tratarem, provavelmente, de bases já estruturadas, poderiam ser facilmente disponibilizadas, cumprindo os princípios de abertura esperados.

Esta é a dimensão com maior número de capitais que não pontuam, totalizando 20. O maior nível de abertura alcançado é “Médio”, compartilhado por Cuiabá (MT) e Vitória (ES), o que reflete a baixa disponibilidade e atendimento a critérios de abertura de dados de maneira geral.

Situação geral da abertura de dados de Legislação



MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO	NÍVEL
1º Cuiabá (MT)	44	MÉDIO
2º Vitória (ES)	44	MÉDIO
3º Curitiba (PR)	25	BAIXO
4º Porto Alegre (RS)	22	BAIXO
5º Salvador (BA)	22	BAIXO
6º Teresina (PI)	22	BAIXO
7º Aracaju (SE)	0	OPACO
8º Belém (PA)	0	OPACO
9º Belo Horizonte (MG)	0	OPACO
10º Boa Vista (RR)	0	OPACO
11º Campo Grande (MS)	0	OPACO
12º Florianópolis (SC)	0	OPACO
13º Fortaleza (CE)	0	OPACO
14º Goiânia (GO)	0	OPACO
15º João Pessoa (PB)	0	OPACO
16º Macapá (AP)	0	OPACO
17º Maceió (AL)	0	OPACO
18º Manaus (AM)	0	OPACO
19º Natal (RN)	0	OPACO
20º Palmas (TO)	0	OPACO
21º Porto Velho (RO)	0	OPACO
22º Recife (PE)	0	OPACO
23º Rio Branco (AC)	0	OPACO
24º Rio de Janeiro (RJ)	0	OPACO
25º São Luís (MA)	0	OPACO
26º São Paulo (SP)	0	OPACO

FONTE: Elaborado por OKBR e Café.art (2024).

Resultados de Legislação por categoria

MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO	NÍVEL	LEIS E NORMAS MUNICIPAIS
1° Cuiabá (MT)	44	MÉDIO	44
2° Vitória (ES)	44	MÉDIO	44
3° Curitiba (PR)	25	BAIXO	25
4° Porto Alegre (RS)	22	BAIXO	22
5° Salvador (BA)	22	BAIXO	22
6° Teresina (PI)	22	BAIXO	22
7° Aracaju (SE)	0	OPACO	0
8° Belém (PA)	0	OPACO	0
9° Belo Horizonte (MG)	0	OPACO	0
10° Boa Vista (RR)	0	OPACO	0
11° Campo Grande (MS)	0	OPACO	0
12° Florianópolis (SC)	0	OPACO	0
13° Fortaleza (CE)	0	OPACO	0
14° Goiânia (GO)	0	OPACO	0
15° João Pessoa (PB)	0	OPACO	0
16° Macapá (AP)	0	OPACO	0
17° Maceió (AL)	0	OPACO	0
18° Manaus (AM)	0	OPACO	0
19° Natal (RN)	0	OPACO	0
20° Palmas (TO)	0	OPACO	0
21° Porto Velho (RO)	0	OPACO	0
22° Recife (PE)	0	OPACO	0
23° Rio Branco (AC)	0	OPACO	0
24° Rio de Janeiro (RJ)	0	OPACO	0
25° São Luís (MA)	0	OPACO	0
26° São Paulo (SP)	0	OPACO	0

FONTE: Elaborado por OKBR e Café.art (2024).

As duas cidades utilizam sistemas que aparentam ser os mesmos para disponibilizar dados sobre as leis vigentes (9.1.1) em seus municípios. Ambas compartilham as mesmas restrições quanto à disponibilidade de API ou *Web Service*, documentação e periodicidade de atualização. Em algumas cidades, também foram encontrados alguns dados abertos, mas que não dispunham de informações esperadas na avaliação — como o *status*, ou seja, se as leis estão ou não vigentes.

Já as bases com a relação de projetos legislativos apresentados e tramitação (9.1.2) estão disponíveis em seis cidades: Cuiabá (MT), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Salvador (BA), Teresina (PI) e Vitória (ES), compartilhando limitações principalmente relacionadas a licenciamento, documentação e atualização.

Em ambos os conjuntos, a metodologia requer periodicidade de atualização diária, uma vez que a maior frequência na disponibilização de informações oportuniza maior participação nos processos em tramitação. As séries históricas também ajudam a compreender se um dispositivo foi aprovado ou alterado ao longo do tempo. No entanto, os indicadores de temporalidade apontaram que estes fatores não são plenamente atendidos. Em legislação vigente (9.1.1), tanto Cuiabá (MT) quanto Vitória (ES) deixam de atender à periodicidade de atualização diária, apesar de a série histórica estar disponível. A mesma situação se repete entre as proposições legislativas (9.1.2), em que apenas Curitiba (PR) atende à periodicidade de atualização esperada, e as demais seis cidades com dados disponíveis têm série histórica.



DIMENSÃO 10

Meio Ambiente

O gerenciamento de recursos ambientais reúne uma série de competências compartilhadas entre União, estados e municípios. Apesar dos recursos estarem, na prática, sempre sobre uma porção de território municipal, nem sempre são geridos em nível local. Compreendendo essa limitação, a dimensão **Meio Ambiente** avalia conjuntos de dados que abarcam atividades executadas no âmbito municipal e informações cujo mapeamento é de grande relevância para a elaboração de políticas públicas pelas prefeituras, como dados sobre conservação e manutenção da arborização, fiscalização de

atividades de impacto ambiental, mapeamento de recursos naturais e destinação de resíduos sólidos.

Os nove conjuntos de dados avaliados nesta dimensão são apresentados a seguir:

QUADRO 11

Conjuntos de dados avaliados em Meio Ambiente

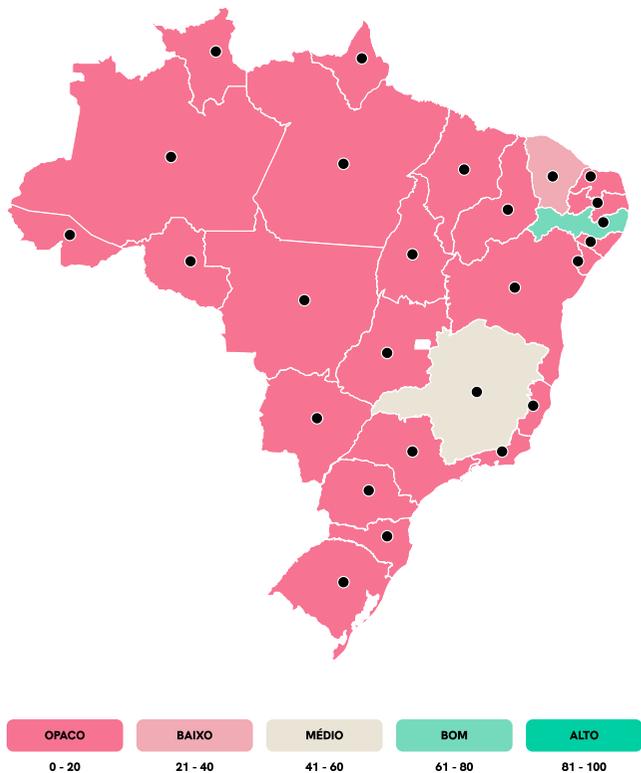
CÓD. CATEG.	CATEGORIA	CÓD. CONJ. DADOS	CONJUNTO DE DADOS
10.1.	Arborização	10.1.1.	Censo arbóreo
		10.1.2.	Podas e retiradas ²⁴
10.2.	Licenciamento e fiscalização	10.2.1.	Autos de infração ambiental
		10.2.2.	Processos de licenciamento ambiental
10.3.	Recursos hídricos	10.3.1.	Cursos d'água
		10.3.2.	Nascentes
10.4.	Resíduos Sólidos	10.4.1.	Coleta comum
		10.4.2.	Coleta seletiva
		10.4.3.	Unidades de recebimento de pequenos volumes

FONTE: Elaborado por OKBR (2024).

A capital com melhor desempenho na abertura de dados nesta dimensão é Recife (PE), com “Bom” nível de abertura. Fora Belo Horizonte (MG), que atinge o nível “Médio”, e Fortaleza (CE), no nível “Baixo”, todas as outras 23 capitais permanecem na classificação mais baixa do Índice. Em 13 delas, não foram encontrados dados abertos que contemplassem a avaliação. Dessa forma, essa é a segunda dimensão com maior opacidade quanto à abertura de dados.

24. Os conjuntos 10.1.2 e 10.2.1 não integram a pontuação final do Índice nesta edição.

Situação geral da abertura de dados de Meio Ambiente



MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO	NÍVEL
1º Recife (PE)	73	BOM
2º Belo Horizonte (MG)	43	MÉDIO
3º Fortaleza (CE)	35	BAIXO
4º Rio de Janeiro (RJ)	19	OPACO
5º São Paulo (SP)	19	OPACO
6º Vitória (ES)	14	OPACO
7º Florianópolis (SC)	13	OPACO
8º Salvador (BA)	10	OPACO
9º Curitiba (PR)	7	OPACO
10º Natal (RN)	7	OPACO
11º Porto Alegre (RS)	7	OPACO
12º Campo Grande (MS)	6	OPACO
13º Belém (PA)	4	OPACO
14º Aracaju (SE)	0	OPACO
15º Boa Vista (RR)	0	OPACO
16º Cuiabá (MT)	0	OPACO
17º Goiânia (GO)	0	OPACO
18º João Pessoa (PB)	0	OPACO
19º Macapá (AP)	0	OPACO
20º Maceió (AL)	0	OPACO
21º Manaus (AM)	0	OPACO
22º Palmas (TO)	0	OPACO
23º Porto Velho (RO)	0	OPACO
24º Rio Branco (AC)	0	OPACO
25º São Luís (MA)	0	OPACO
26º Teresina (PI)	0	OPACO

FONTE: Elaborado por OKBR e Café.art (2024).

Resultados de Meio Ambiente por categoria

MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO	NÍVEL	ARBORIZAÇÃO	LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO	RECURSOS HÍDRICOS	RESÍDUOS SÓLIDOS
1º Recife (PE)	73	BOM	80	100	35	86
2º Belo Horizonte (MG)	43	MÉDIO	0	0	100	33
3º Fortaleza (CE)	35	BAIXO	0	0	25	65
4º Rio de Janeiro (RJ)	19	OPACO	0	0	40	17
5º São Paulo (SP)	19	OPACO	0	0	30	23
6º Vitória (ES)	14	OPACO	50	0	0	17
7º Florianópolis (SC)	13	OPACO	0	0	25	13
8º Salvador (BA)	10	OPACO	0	0	0	23
9º Curitiba (PR)	7	OPACO	0	0	0	17
10º Natal (RN)	7	OPACO	0	50	0	0
11º Porto Alegre (RS)	7	OPACO	0	0	0	17
12º Campo Grande (MS)	6	OPACO	0	0	0	13
13º Belém (PA)	4	OPACO	0	30	0	0
14º Aracaju (SE)	0	OPACO	0	0	0	0
15º Boa Vista (RR)	0	OPACO	0	0	0	0
16º Cuiabá (MT)	0	OPACO	0	0	0	0
17º Goiânia (GO)	0	OPACO	0	0	0	0
18º João Pessoa (PB)	0	OPACO	0	0	0	0
19º Macapá (AP)	0	OPACO	0	0	0	0
20º Maceió (AL)	0	OPACO	0	0	0	0
21º Manaus (AM)	0	OPACO	0	0	0	0
22º Palmas (TO)	0	OPACO	0	0	0	0
23º Porto Velho (RO)	0	OPACO	0	0	0	0
24º Rio Branco (AC)	0	OPACO	0	0	0	0
25º São Luís (MA)	0	OPACO	0	0	0	0
26º Teresina (PI)	0	OPACO	0	0	0	0

FONTE: Elaborado por OKBR e Café.art (2024).

Entre os exemplos positivos, estão os dados sobre processos de licenciamento ambiental (10.2.2) localizados em Recife (PE) e sobre recursos hídricos (10.3.1 e 10.3.2) publicados por Belo Horizonte (MG). Ambas as cidades atendem a todos os critérios e recebem estrelas nesses conjuntos. A capital mineira também estreou em mais um conjunto relacionado a equipamentos públicos, repetindo o feito observado em outras dimensões: a relação geolocalizada de locais que recebem pequenos volumes de resíduos sólidos (10.4.3).

Apesar de não cumprir com todos os requisitos, a relação de árvores existentes e catalogadas (10.1.1) encontrada em Vitória (ES) apresenta uma ampla gama de informações, podendo ser aprimorada pela capital e servindo como uma referência de organização para outras, uma vez que esses dados são dificilmente encontrados. Além da capital capixaba, apenas Recife (PE) os publica e de forma parcial (somente árvores tombadas).

Os dados localizados sobre a realização das coletas comum (10.4.1) e seletiva (10.4.2) com frequência não possibilitam compreender a relação entre o montante coletado, localidades em que foi coletado e o destino dos resíduos. Em alguns casos, como em Belo Horizonte (MG), foram encontrados em bases distintas sem uma chave comum que possibilitasse o seu cruzamento, e acabaram não pontuando. Apenas Recife (PE) e Fortaleza (CE) pontuam nesses conjuntos.

Nenhuma das capitais disponibiliza dados sobre serviços de podas e retiradas de árvores (10.1.2). A publicação desse tipo de informação deveria considerar sua relevância na prestação de contas sobre a execução de serviços contratados pela gestão municipal, a fim de possibilitar a identificação de casos de corrupção e fortalecer a integridade no uso de recursos públicos. Para além de questões estritamente ambientais, dados sobre o manejo arbóreo também são relevantes para analisar o planejamento e execução de políticas de forma transversal com outras áreas — como infraestrutura e proteção e defesa civil, nos casos de acidentes e fornecimento de energia elétrica interrompido devido a quedas de árvores.

Outro conjunto em que nenhuma capital pontuou é sobre autos de infração ambiental (10.2.1), fundamentais para um efetivo controle social. Em algumas cidades, foram encontrados dados abertos relacionados, que não indicam quem foi autuado, por que e onde, deixando de atender, assim, o escopo esperado neste conjunto. Em outras, apenas informações em formatos fechados, que ficam fora do escopo de avaliação do Índice.



DIMENSÃO 11

Mobilidade e Transporte Público

A dimensão **Mobilidade e Transporte Público** avalia dados que dão um panorama a respeito da infraestrutura viária da cidade para os diferentes modos existentes, com um olhar específico para o transporte público, além de dados de fiscalização e ocorrências. Esses dados, quando disponíveis, possibilitam maior compreensão de problemas relacionados aos deslocamentos nos centros urbanos, às priorizações da gestão pública e à identificação das melhorias necessárias na usabilidade do sistema.

Os 13 conjuntos de dados avaliados nesta dimensão são apresentados a seguir:

QUADRO 12

Conjuntos de dados avaliados em Mobilidade e Transporte Público

CÓD. CAT.	CATEGORIA	CÓD. CONJ. DADOS	CONJUNTO DE DADOS
11.1.	Acessibilidade, infraestrutura e sistema viário	11.1.1.	Bicicletários e paraciclos
		11.1.2.	Corredores e faixas exclusivas de ônibus
		11.1.3.	Estacionamentos
		11.1.4.	Malha cicloviária
		11.1.5.	Semáforos
		11.1.6.	Travessias para pedestres
11.2.	Fiscalização e ocorrências	11.2.1.	Autos de infração de trânsito
		11.2.2.	Radares
		11.2.3.	Ocorrências de sinistros de trânsito

QUADRO 12 (CONTINUAÇÃO)

Conjuntos de dados avaliados em Mobilidade e Transporte Público

CÓD. CAT.	CATEGORIA	CÓD. CONJ. DADOS	CONJUNTO DE DADOS
11.3.	Transporte público	11.3.1.	Passageiros transportados
		11.3.2.	Frota
		11.3.3.	<i>General Transit Feed Specification Static (GTFS Static)</i>
		11.3.4.	Monitoramento da frota em tempo real

FONTE: Elaborado por OKBR (2024).

Belo Horizonte (MG) é a cidade mais bem colocada nesta dimensão, atingindo pontuação nível “Bom” de abertura e mais três conjuntos estrelados. Isso se deve especialmente à alta disponibilidade de dados relacionados à infraestrutura de transportes (11.1), mantendo um padrão consistente de abertura nessa área²⁵. Recife (PE) e São Paulo (SP) apresentam nível “Médio” na dimensão. 18 cidades têm nível “Opaco”, sendo que 14 delas não pontuam nenhum dos conjuntos de dados avaliados.

Em 12 capitais, é possível acessar dados abertos sobre a malha cicloviária (11.1.4), o conjunto mais disponível desta dimensão. Sete delas publicam também dados sobre bicicletários e paraciclos, informando de forma mais completa a infraestrutura disponível para ciclistas. São elas: Curitiba (PR), Natal (RN), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP).

Em relação aos conjuntos relacionados a Fiscalização e Ocorrências, Recife (PE) é a única que pontua na publicação de multas aplicadas (11.2.1). São Paulo (SP) disponibiliza dados estruturados sobre o tema, mas faltam informações centrais para sua análise e acabam não pontuando.

25. A cidade alcançou “Alto” nível de abertura na dimensão de Infraestrutura Urbana.

Já em relação aos sinistros de trânsito ocorridos (11.2.3), vale mencionar Porto Alegre (RS), além de Belo Horizonte (MG) e Recife (PE), por publicarem bases completas e que atendem a todos os critérios de abertura.

Em transporte público, há exemplos clássicos e bem sucedidos de reuso de dados e desenvolvimento de ferramentas e soluções, como aplicativos de mobilidade que trazem informações em tempo real sobre as linhas de ônibus e o trânsito na cidade. Estarem acessíveis para essas aplicações, no entanto, não implica necessariamente em estarem disponíveis ao público geral. Isso quer dizer que as prefeituras podem fornecer esses dados para o funcionamento de aplicações, sem, no entanto, disponibilizá-los em seus portais de dados abertos.

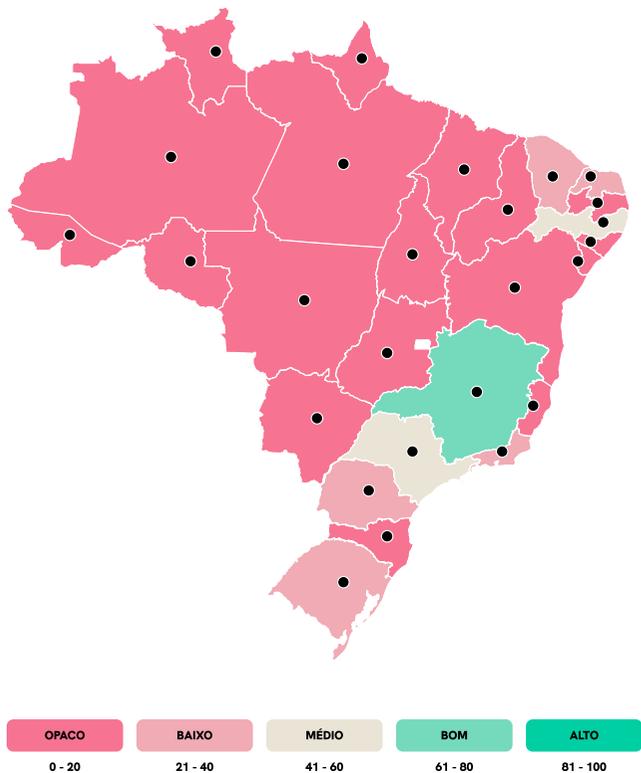
O chamado “*General Transit Feed Specification Static* (GTFS Static)”²⁶, ou Especificação Geral sobre Feeds de Transporte Público (11.3.3), que reúne uma série de arquivos contendo informações como pontos de parada, horários e trajetos, foram encontrados em sete cidades, entre elas Curitiba (PR), que atende a todos os critérios, e Rio de Janeiro (RJ) que tem boa pontuação apesar da indisponibilidade de dicionário e série histórica. Em alguns casos, lacunas de atualização, como em Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE) e Porto Alegre (RS), impedem melhores pontuações. Por sua vez, Natal (RN) — cujo Portal de Dados Abertos disponibiliza apenas conjuntos de mobilidade e transporte — e São Paulo (SP) possuem boas iniciativas voltadas a desenvolvedores, mas perdem pontos por, entre outras coisas, exigirem cadastro para acesso aos dados.

Já os dados para monitoramento da frota em tempo real (11.3.4), acessados via API, são encontrados em apenas três capitais: Rio de Janeiro (RJ), que atinge pontuação máxima, São Paulo (SP) e Natal (RN). Apesar de indicarem o acesso em tempo real, os dados localizados em Belo Horizonte (MG) encontravam-se desatualizados, enquanto em Curitiba (PR) o acesso à API depende de solicitação (via LAI ou presencial) e, portanto não atendem ao critério mínimo de disponibilidade do índice (indicador de Acesso i1).

Importante mencionar que a indisponibilidade desses dados pode estar relacionada à própria infraestrutura dos ônibus que atendem às cidades, se dispõem ou não de GPS. Essa é uma das razões pelas quais é importante dispor de dados sobre a frota (11.3.2) usada na cidade e suas características — dados encontrados apenas em Belém (PA), Fortaleza (CE), Porto Alegre (RS) e Rio de Janeiro (RJ), com várias limitações em quase todos os casos.

26. Para saber mais sobre o GTFS acesse: <https://gtfs.org/pt-BR/>.

Situação geral da abertura de dados de Mobilidade e Transporte Público



MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO	NÍVEL
1º Belo Horizonte (MG)	65	BOM
2º Recife (PE)	54	MÉDIO
3º São Paulo (SP)	47	MÉDIO
4º Rio de Janeiro (RJ)	37	BAIXO
5º Porto Alegre (RS)	36	BAIXO
6º Fortaleza (CE)	36	BAIXO
7º Curitiba (PR)	24	BAIXO
8º Natal (RN)	23	BAIXO
9º João Pessoa (PB)	15	OPACO
10º Salvador (BA)	15	OPACO
11º Vitória (ES)	5	OPACO
12º Belém (PA)	3	OPACO
13º Aracaju (SE)	0	OPACO
14º Boa Vista (RR)	0	OPACO
15º Campo Grande (MS)	0	OPACO
16º Cuiabá (MT)	0	OPACO
17º Florianópolis (SC)	0	OPACO
18º Goiânia (GO)	0	OPACO
19º Macapá (AP)	0	OPACO
20º Maceió (AL)	0	OPACO
21º Manaus (AM)	0	OPACO
22º Palmas (TO)	0	OPACO
23º Porto Velho (RO)	0	OPACO
24º Rio Branco (AC)	0	OPACO
25º São Luís (MA)	0	OPACO
26º Teresina (PI)	0	OPACO

FONTE: Elaborado por OKBR e Café.art (2024).

Resultados de Mobilidade e Transporte Público por categoria

MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO	NÍVEL	ACESSIBILIDADE, INFRAESTRUTURA E SISTEMA VIÁRIO	FISCALIZAÇÃO E OCORRÊNCIAS	TRANSPORTE PÚBLICO
1° Belo Horizonte (MG)	65	BOM	83	57	43
2° Recife (PE)	54	MÉDIO	72	90	0
3° São Paulo (SP)	47	MÉDIO	62	27	41
4° Rio de Janeiro (RJ)	37	BAIXO	38	0	62
5° Porto Alegre (RS)	36	BAIXO	37	33	37
6° Fortaleza (CE)	36	BAIXO	38	40	29
7° Curitiba (PR)	24	BAIXO	27	17	25
8° Natal (RN)	23	BAIXO	13	13	43
9° João Pessoa (PB)	15	OPACO	25	17	0
10° Salvador (BA)	15	OPACO	32	0	0
11° Vitória (ES)	5	OPACO	10	0	0
12° Belém (PA)	3	OPACO	0	0	8
13° Aracaju (SE)	0	OPACO	0	0	0
14° Boa Vista (RR)	0	OPACO	0	0	0
15° Campo Grande (MS)	0	OPACO	0	0	0
16° Cuiabá (MT)	0	OPACO	0	0	0
17° Florianópolis (SC)	0	OPACO	0	0	0
18° Goiânia (GO)	0	OPACO	0	0	0
19° Macapá (AP)	0	OPACO	0	0	0
20° Maceió (AL)	0	OPACO	0	0	0
21° Manaus (AM)	0	OPACO	0	0	0
22° Palmas (TO)	0	OPACO	0	0	0
23° Porto Velho (RO)	0	OPACO	0	0	0
24° Rio Branco (AC)	0	OPACO	0	0	0
25° São Luís (MA)	0	OPACO	0	0	0
26° Teresina (PI)	0	OPACO	0	0	0

FONTE: Elaborado por OKBR e Café.art (2024).



DIMENSÃO 12

Ordenamento Territorial e Uso do Solo

A dimensão **Ordenamento Territorial e Uso do Solo** avalia conjuntos de dados que permitem compreender as características do espaço urbano municipal, sobre uso do solo, transformações na planta urbana, monitoramento do plano diretor e da política urbana de maneira espacializada. São avaliadas informações a respeito do nível de regulação urbana de maneira específica, sem confundir com as esferas da regulação ambiental. Também são considerados dados relacionados à aplicação de instrumentos urbanísticos que assegurem o cumprimento da função social da propriedade.

Os 11 conjuntos de dados avaliados nesta dimensão são apresentados a seguir:

QUADRO 13

Conjuntos de dados avaliados em Ordenamento Territorial e Uso do Solo

CÓD. CAT.	CATEGORIA	CÓD. CONJ. DADOS	CONJUNTO DE DADOS
12.1.	Licenciamento urbanístico e edifício	12.1.1.	Edificações
		12.1.2.	Obras, construções e reformas
		12.1.3.	Alvarás de localização e funcionamento
12.2.	Mapas e localizações	12.2.1.	Limites e divisões territoriais
		12.2.2.	Mapas da cidade
12.3.	Propriedade imobiliária	12.3.1.	Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)
		12.3.2.	Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)

QUADRO 13 (CONTINUAÇÃO)

Conjuntos de dados avaliados em Ordenamento Territorial e Uso do Solo

CÓD. CAT.	CATEGORIA	CÓD. CONJ. DADOS	CONJUNTO DE DADOS
12.4.	Regulação urbanística e zoneamento	12.4.1.	Outorga onerosa do direito de construir
		12.4.2.	Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória (PEUC) — Função Social da Propriedade
		12.4.3.	<i>Monitoramento da política urbana e Plano Diretor²⁷</i>
		12.4.4.	Zoneamento

FONTE: Elaborado por OKBR (2024).

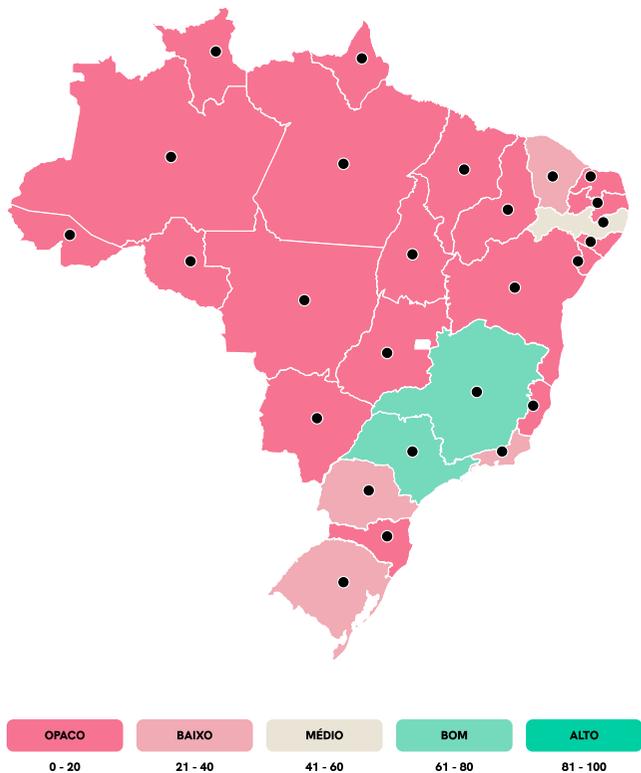
Num panorama geral, São Paulo (SP) e Belo Horizonte (MG) são as duas capitais com desempenho “Bom” nesta dimensão, seguidas de Recife (PE) com nível “Médio”. No entanto, nem a capital pernambucana, nem as outras 23 capitais atingem a metade da pontuação possível do Índice. Em nove, não há dados abertos que contemplem os conjuntos avaliados no tema.

Especialmente nesta dimensão, várias cidades deixaram de pontuar por disponibilizarem mapas em formatos fechados, como PDFs, ou possibilitarem o acesso a dados geoespaciais apenas para visualização, em plataformas que não permitem o download de dados²⁸. Ainda assim, os limites e divisões político-administrativas municipais (12.2.1) foram encontradas como dados abertos em 16 cidades — o conjunto mais disponível nesta dimensão, juntamente com zoneamento (12.4.4). Apesar disso, a qualidade, no geral, é inferior por limitações em todos os critérios analisados.

27. O conjunto não integra a pontuação final do Índice nesta edição.

28. Como exemplos, é possível citar Campo Grande (MS) e Cuiabá (MT), cujos respectivos portais podem ser acessados em: <https://sisgranmaps.campogrande.ms.gov.br/> e <https://app.smartgis.net.br/cuiaba/publico/navegador-geofinanceiro>.

Situação geral da abertura de dados de Ordenamento Territorial e Uso do Solo



MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO	NÍVEL
1º São Paulo (SP)	75	BOM
2º Belo Horizonte (MG)	74	BOM
3º Recife (PE)	41	MÉDIO
4º Rio de Janeiro (RJ)	31	BAIXO
5º Curitiba (PR)	28	BAIXO
6º Fortaleza (CE)	28	BAIXO
7º Porto Alegre (RS)	26	BAIXO
8º Florianópolis (SC)	20	OPACO
9º Porto Velho (RO)	18	OPACO
10º Salvador (BA)	14	OPACO
11º Palmas (TO)	9	OPACO
12º Vitória (ES)	9	OPACO
13º Natal (RN)	7	OPACO
14º Campo Grande (MS)	6	OPACO
15º Teresina (PI)	6	OPACO
16º João Pessoa (PB)	5	OPACO
17º Aracaju (SE)	2	OPACO
18º Belém (PA)	0	OPACO
19º Boa Vista (RR)	0	OPACO
20º Cuiabá (MT)	0	OPACO
21º Goiânia (GO)	0	OPACO
22º Macapá (AP)	0	OPACO
23º Maceió (AL)	0	OPACO
24º Manaus (AM)	0	OPACO
25º Rio Branco (AC)	0	OPACO
26º São Luís (MA)	0	OPACO

FONTE: Elaborado por OKBR e Café.art (2024).

Resultados de Ordenamento Territorial e Uso do Solo por categoria

MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO	NÍVEL	LICENCIAMENTO URBANÍSTICO E EDIFÍCIO	MAPAS E LOCALIZAÇÕES	PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA	REGULAÇÃO URBANÍSTICA E ZONEAMENTO
1° São Paulo (SP)	75	BOM	60	80	85	77
2° Belo Horizonte (MG)	74	BOM	93	100	100	30
3° Recife (PE)	41	MÉDIO	93	0	0	13
4° Rio de Janeiro (RJ)	31	BAIXO	27	0	40	23
5° Curitiba (PR)	28	BAIXO	50	50	0	13
6° Fortaleza (CE)	28	BAIXO	17	60	0	37
7° Porto Alegre (RS)	26	BAIXO	50	0	0	17
8° Florianópolis (SC)	20	OPACO	17	50	0	17
9° Porto Velho (RO)	18	OPACO	33	0	0	13
10° Salvador (BA)	14	OPACO	0	0	0	23
11° Palmas (TO)	9	OPACO	0	0	0	13
12° Vitória (ES)	9	OPACO	0	0	0	17
13° Natal (RN)	7	OPACO	0	0	0	17
14° Campo Grande (MS)	6	OPACO	0	0	0	10
15° Teresina (PI)	6	OPACO	0	0	0	10
16° João Pessoa (PB)	5	OPACO	0	0	0	0
17° Aracaju (SE)	2	OPACO	0	0	0	7
18° Belém (PA)	0	OPACO	0	0	0	0
19° Boa Vista (RR)	0	OPACO	0	0	0	0
20° Cuiabá (MT)	0	OPACO	0	0	0	0
21° Goiânia (GO)	0	OPACO	0	0	0	0
22° Macapá (AP)	0	OPACO	0	0	0	0
23° Maceió (AL)	0	OPACO	0	0	0	0
24° Manaus (AM)	0	OPACO	0	0	0	0
25° Rio Branco (AC)	0	OPACO	0	0	0	0
26° São Luís (MA)	0	OPACO	0	0	0	0

FONTE: Elaborado por OKBR e Café.art (2024).

Já mapas mais completos, contemplando a topografia, hidrografia, infraestrutura viária e logradouros (12.2.2) só foram localizadas em Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Fortaleza (CE) e São Paulo (SP). Nas demais, houve vários casos em que um ou mais desses elementos não estavam disponíveis.

Encontrada em nove capitais, a relação de edificações existentes nos municípios (12.1.1) publicada por Belo Horizonte (MG) recebe pontuação máxima. Os dados já publicados podem ser aprimorados se trouxermos, de forma associada, informações sobre o licenciamento. Já Recife (PE) destaca-se com bases estreladas sobre solicitações de obras, construções e reformas (12.1.2) e de alvarás de localização e funcionamento de empresas e estabelecimentos da cidade (12.1.3).

Em meio a um cenário geral de baixíssima abertura de dados sobre a propriedade imobiliária, Belo Horizonte (MG) se destaca com a disponibilização de dados sobre as transações imobiliárias com recolhimento do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) (12.3.1), publicados também por São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ). As capitais mineira e paulista também publicam dados de referência do cadastro fiscal imobiliário relativos ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) (12.3.2). Dentre importantes instrumentos de regulação urbanística, apenas São Paulo (SP) publica dados acerca do cumprimento da Função Social da Propriedade (12.4.2), que permitem monitorar a aplicação da regra que obriga proprietários de imóveis urbanos que estejam vazios, subutilizados ou não utilizados a darem a eles aproveitamento adequado — fundamentais, sobretudo, no contexto de déficit habitacional

Quanto ao monitoramento da política urbana e Plano Diretor (12.4.3), foram localizadas algumas ações de transparência ativa, mas não dados abertos que permitam o acompanhamento de metas a serem alcançadas, ações a serem desenvolvidas, responsáveis e prazos estipulados. Em São Paulo (SP), há dados sobre o tema em uma plataforma²⁹ de monitoramento, mas que não atendem ao esperado neste conjunto por não trazerem relação entre indicadores e as ações previstas, nem a indicação de prazos e andamento das ações.

29. Acesse a plataforma de Monitoramento e Avaliação da Implementação do Plano Diretor Estratégico em: <https://monitoramentopde.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/>.



DIMENSÃO 13

Saúde

Conhecer dados sobre Saúde é importante para compreender a incidência de morbidades e como combatê-las, promover e proteger a saúde da população e garantir o acesso universal ao sistema. A maioria das informações dessa área são consolidadas no âmbito do Sistema Único de Saúde pelo Ministério da Saúde. Desse modo, buscando evitar sobreposições e conflitos de competências entre entes públicos, a dimensão **Saúde** foca na avaliação de conjuntos de dados que tratam especificamente das infraestrutura e da rede de atendimentos e serviços de saúde prestados no âmbito municipal, que possam dar uma estimativa sobre a capacidade do sistema local, gerenciamento de recursos e investimentos públicos, além da fiscalização realizada pela vigilância sanitária.

Os oito conjuntos de dados avaliados nesta dimensão são apresentados a seguir:

QUADRO 14

Conjuntos de dados avaliados em Saúde

CÓD. CAT.	CATEGORIA	CÓD. CONJ. DADOS	CONJUNTO DE DADOS
13.1.	Atendimento e serviços de saúde	13.1.1.	Equipes de Saúde da Família
		13.1.2.	Consultas e procedimentos de saúde realizados
		13.1.3.	Fila de espera para consultas e procedimentos
		13.1.4.	Postos de vacinação, doses aplicadas
		13.1.5.	Unidades de saúde e postos de atendimento

QUADRO 14 (CONTINUAÇÃO)

Conjuntos de dados avaliados em Saúde

CÓD. CAT.	CATEGORIA	CÓD. CONJ. DADOS	CONJUNTO DE DADOS
13.2.	Contratos de gestão	13.2.1.	Informações contratuais ³⁰
		13.2.2.	Indicadores de desempenho e qualidade
13.3.	Vigilância Sanitária	13.3.1.	Fiscalização

FONTE: Elaborado por OKBR, 2024.

Buscando a relação do atendimento em Saúde com o território, o ODI Cidades inclui o aspecto da localidade em diversos conjuntos analisados. Isso é importante para compreender, entre outras coisas, desigualdades na demanda e oferta de serviços públicos territorialmente. Exemplo disso são os dados sobre Equipes de Saúde da Família (13.1.1), que exigem sua disponibilidade por alguma referência de local — sejam unidades, bairros, regiões, coordenadorias ou outros tipos de divisões administrativas. Esse tipo de informação foi localizado apenas em Recife (PE). Outro caso são os dados sobre consultas e procedimentos realizados. Disponível em apenas três cidades, os dados localizados ainda são bastante agregados ou mostram somente parte do que dos atendimentos efetivos.

Fundamentais para compreender o tamanho da demanda — e do gargalo existente — entre os diferentes graus de atenção e complexidade, dados abertos sobre as filas de espera para consultas e procedimentos (13.1.3) foram encontrados apenas em Florianópolis (SC) e Rio de Janeiro (RJ) e com baixo atendimento aos critérios de qualidade.

Também é raro encontrar dados sobre doses de vacina aplicadas por posto (13.1.4) nas capitais. Nas sete cidades em que foram localizados, tratam-se

30. Os conjuntos 13.2.1, 13.2.2. e 13.3.1. não integram a pontuação final do Índice nesta edição.

de legado da pandemia de Covid-19, quando a exigência por informações sobre a disponibilidade de imunizantes se tornou maior devido à sua oferta limitada. Esses dados foram tratados como uma amostra e considerados nesta avaliação. No entanto, deveriam, idealmente, se referir a todos os tipos de vacinas aplicadas na cidade, o que permitiria conhecer o volume de imunização e sua efetividade no enfrentamento das doenças, incluindo novamente a perspectiva do território.

Assim como em outras dimensões avaliadas pelo Índice, há maior disponibilidade para dados básicos sobre unidades de atendimento. Esses dados foram localizados em 11 capitais.

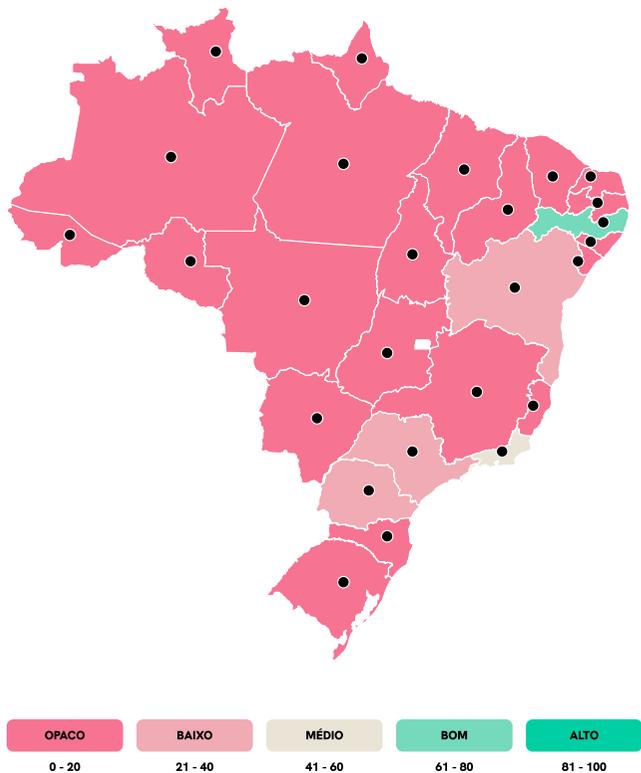
No outro extremo, estão os dados relacionados às contratações para prestação de serviços de Saúde por entidades não-estatais (13.2.1 e 13.2.2), que não foram encontrados abertos em nenhuma capital. Altamente contratualizados, a gestão de unidades e os atendimentos de Saúde são comumente realizados por entidades não-estatais, chamadas Organizações Sociais³¹. Sua relação com o poder público é formalizada por instrumento específico, os contratos de gestão, que preveem uma série de metas e indicadores. Dados sobre a execução dessas contratações permitem avaliar o que está sendo contratado e efetivamente realizado, os parâmetros de desempenho e qualidade estabelecidos, bem como sua eficiência e efetividade.

Dados sobre as ações de fiscalização realizadas em estabelecimentos que requerem controle sanitário (13.3.1) também não foram localizados em nenhuma capital, deixando de integrar a composição final do Índice.

Recife (PE) atinge nível “Bom” de abertura, seguido pelo Rio de Janeiro (RJ) no nível “Médio”, sobretudo pela disponibilidade de dados relacionados a atendimento e serviços de saúde (13.1). As demais 24 capitais não alcançam 40% da pontuação do Índice, sendo que em metade delas não foram encontrados dados abertos que contemplassem a avaliação. As classificações só não foram piores porque três dos oito conjuntos de dados avaliados nesta dimensão deixaram de compor a nota final do Índice, devido à indisponibilidade em todas as capitais.

31. Ver Lei nº 9.637/1998, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9637.htm.

Situação geral da abertura de dados de Saúde



MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO	NÍVEL
1º Recife (PE)	67	BOM
2º Rio de Janeiro (RJ)	47	MÉDIO
3º Curitiba (PR)	34	BAIXO
4º São Paulo (SP)	34	BAIXO
5º Salvador (BA)	27	BAIXO
6º Belo Horizonte (MG)	20	OPACO
7º Porto Velho (RO)	17	OPACO
8º João Pessoa (PB)	13	OPACO
9º Fortaleza (CE)	12	OPACO
10º Florianópolis (SC)	11	OPACO
11º Manaus (AM)	11	OPACO
12º Vitória (ES)	10	OPACO
13º Porto Alegre (RS)	8	OPACO
14º Macapá (AP)	6	OPACO
15º Aracaju (SE)	0	OPACO
16º Belém (PA)	0	OPACO
17º Boa Vista (RR)	0	OPACO
18º Campo Grande (MS)	0	OPACO
19º Cuiabá (MT)	0	OPACO
20º Goiânia (GO)	0	OPACO
21º Maceió (AL)	0	OPACO
22º Natal (RN)	0	OPACO
23º Palmas (TO)	0	OPACO
24º Rio Branco (AC)	0	OPACO
25º São Luís (MA)	0	OPACO
26º Teresina (PI)	0	OPACO

FONTE: Elaborado por OKBR e Café.art (2024).

Resultados de Saúde por categoria

MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO	NÍVEL	ATENDIMENTO E SERVIÇOS DE SAÚDE	CONTRATOS DE GESTÃO	VIGILÂNCIA SANITÁRIA
1° Recife (PE)	67	BOM	67	0	0
2° Rio de Janeiro (RJ)	47	MÉDIO	47	0	0
3° Curitiba (PR)	34	BAIXO	34	0	0
4° São Paulo (SP)	34	BAIXO	34	0	0
5° Salvador (BA)	27	BAIXO	27	0	0
6° Belo Horizonte (MG)	20	OPACO	20	0	0
7° Porto Velho (RO)	17	OPACO	17	0	0
8° João Pessoa (PB)	13	OPACO	13	0	0
9° Fortaleza (CE)	12	OPACO	12	0	0
10° Florianópolis (SC)	11	OPACO	11	0	0
11° Manaus (AM)	11	OPACO	11	0	0
12° Vitória (ES)	10	OPACO	10	0	0
13° Porto Alegre (RS)	8	OPACO	8	0	0
14° Macapá (AP)	6	OPACO	6	0	0
15° Aracaju (SE)	0	OPACO	0	0	0
16° Belém (PA)	0	OPACO	0	0	0
17° Boa Vista (RR)	0	OPACO	0	0	0
18° Campo Grande (MS)	0	OPACO	0	0	0
19° Cuiabá (MT)	0	OPACO	0	0	0
20° Goiânia (GO)	0	OPACO	0	0	0
21° Maceió (AL)	0	OPACO	0	0	0
22° Natal (RN)	0	OPACO	0	0	0
23° Palmas (TO)	0	OPACO	0	0	0
24° Rio Branco (AC)	0	OPACO	0	0	0
25° São Luís (MA)	0	OPACO	0	0	0
26° Teresina (PI)	0	OPACO	0	0	0

FONTE: Elaborado por OKBR e Café.art (2024).



DIMENSÃO 14

Segurança Pública

A dimensão **Segurança Pública** traz um levantamento inédito sobre conjuntos de dados que tratam de mecanismos de defesa civil, registro e prevenção de desastres, além de um mapeamento de equipamentos de segurança pública e da alocação de agentes e atividades no território. Além de base para ações de prevenção e proteção civil, eles ampliam a transparência e oportunizam maior controle social em um cenário de disputa entre formas de atuação para combate ao crime e à violência, desde as estritamente punitivistas até aquelas que se fundamentam na garantia do respeito à vida, à dignidade e aos direitos humanos.

Os sete conjuntos de dados avaliados nesta dimensão são apresentados a seguir:

QUADRO 15

Conjuntos de dados avaliados em Segurança Pública

CÓD. CAT.	CATEGORIA	CÓD. CONJ. DADOS	CONJUNTO DE DADOS
14.1.	Defesa civil	14.1.1.	Efetivo de agentes municipais de proteção e defesa civil ³²
		14.1.2.	Ocorrências
		14.1.3.	Mapas de Risco
14.2.	Equipamentos	14.2.1.	Unidades de segurança pública no município

32. Os conjuntos 14.1.1., 14.3.1 e 14.3.3. não integram a pontuação final do Índice nesta edição.

QUADRO 15 (CONTINUAÇÃO)

Conjuntos de dados avaliados em Segurança Pública

CÓD. CAT.	CATEGORIA	CÓD. CONJ. DADOS	CONJUNTO DE DADOS
14.3.	Guarda Municipal	14.3.1.	Efetivo de agentes
		14.3.2.	Ocorrências
		14.3.3.	Operações

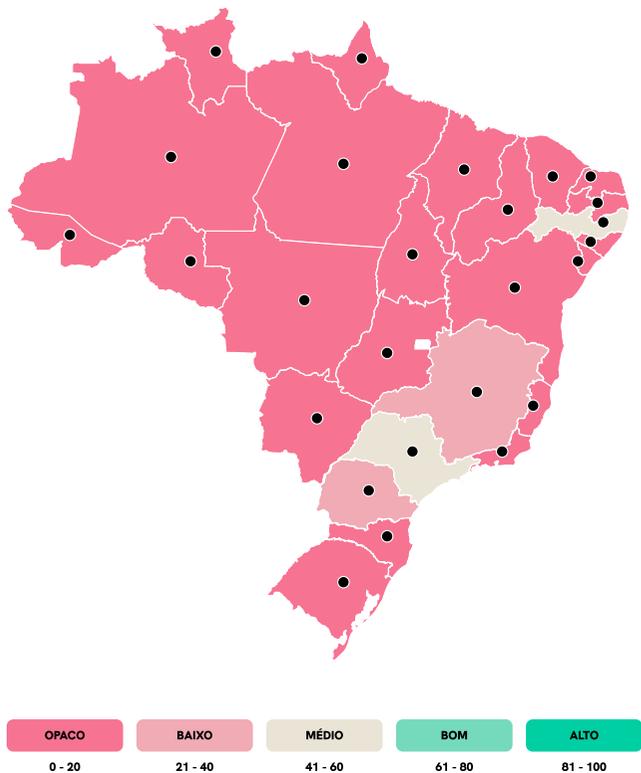
FONTE: Elaborado por OKBR (2024).

Dados de mapeamento de risco geológico e hidrológico (14.1.3) são encontrados em seis cidades, enquanto as ocorrências registradas pela Defesa Civil (14.1.2) são encontradas em apenas três. Em nenhum dos casos há atendimento pleno dos critérios de avaliação. Cabe ressaltar a relevância desse tema em meio ao cenário global de crise climática e de desastres ambientais intensificados pela ação humana. Esses conjuntos subsidiam um preparo preventivo para tais eventos.

A indisponibilidade de dados abertos também segue nas demais dimensões. Ocorrências registradas pela Guarda Municipal (14.3.2) são encontradas apenas em Curitiba (PR). Mesmo informações básicas sobre as unidades de segurança existentes nos municípios são mais restritas, localizadas apenas em quatro capitais e destoando do padrão de maior disponibilidade observado nas demais dimensões do Índice em relação a equipamentos públicos.

O cenário é de completa opacidade em relação a operações realizadas pela Guarda Municipal (14.3.3). Dados abertos, que não foram localizados em nenhuma capital, possibilitariam maior prestação de contas e possibilidade de escrutínio público sobre ações de segurança. O mesmo ocorre com dados sobre os efetivos de agentes da defesa e proteção civil (14.1.1) e da Guarda Municipal (14.3.1) e sua alocação no território — informação requerida pelo Índice nesses conjuntos e indisponível em todas as capitais.

Situação geral da abertura de dados de Segurança Pública



MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO	NÍVEL
1º São Paulo (SP)	53	MÉDIO
2º Recife (PE)	43	MÉDIO
3º Curitiba (PR)	40	BAIXO
4º Belo Horizonte (MG)	23	BAIXO
5º Fortaleza (CE)	15	OPACO
6º Salvador (BA)	15	OPACO
7º Porto Alegre (RS)	13	OPACO
8º Teresina (PI)	13	OPACO
9º Vitória (ES)	13	OPACO
10º Rio de Janeiro (RJ)	10	OPACO
11º Aracaju (SE)	0	OPACO
12º Belém (PA)	0	OPACO
13º Boa Vista (RR)	0	OPACO
14º Campo Grande (MS)	0	OPACO
15º Cuiabá (MT)	0	OPACO
16º Florianópolis (SC)	0	OPACO
17º Goiânia (GO)	0	OPACO
18º João Pessoa (PB)	0	OPACO
19º Macapá (AP)	0	OPACO
20º Maceió (AL)	0	OPACO
21º Manaus (AM)	0	OPACO
22º Natal (RN)	0	OPACO
23º Palmas (TO)	0	OPACO
24º Porto Velho (RO)	0	OPACO
25º Rio Branco (AC)	0	OPACO
26º São Luís (MA)	0	OPACO

FONTE: Elaborado por OKBR e Café.art (2024).

Resultados de Segurança Pública por categoria

MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO	NÍVEL	DEFESA CIVIL	EQUIPAMENTOS	GUARDA MUNICIPAL
1° São Paulo (SP)	53	MÉDIO	70	70	0
2° Recife (PE)	43	MÉDIO	85	0	0
3° Curitiba (PR)	40	BAIXO	0	80	80
4° Belo Horizonte (MG)	23	BAIXO	45	0	0
5° Fortaleza (CE)	15	OPACO	0	60	0
6° Salvador (BA)	15	OPACO	30	0	0
7° Porto Alegre (RS)	13	OPACO	25	0	0
8° Teresina (PI)	13	OPACO	25	0	0
9° Vitória (ES)	13	OPACO	0	50	0
10° Rio de Janeiro (RJ)	10	OPACO	20	0	0
11° Aracaju (SE)	0	OPACO	0	0	0
12° Belém (PA)	0	OPACO	0	0	0
13° Boa Vista (RR)	0	OPACO	0	0	0
14° Campo Grande (MS)	0	OPACO	0	0	0
15° Cuiabá (MT)	0	OPACO	0	0	0
16° Florianópolis (SC)	0	OPACO	0	0	0
17° Goiânia (GO)	0	OPACO	0	0	0
18° João Pessoa (PB)	0	OPACO	0	0	0
19° Macapá (AP)	0	OPACO	0	0	0
20° Maceió (AL)	0	OPACO	0	0	0
21° Manaus (AM)	0	OPACO	0	0	0
22° Natal (RN)	0	OPACO	0	0	0
23° Palmas (TO)	0	OPACO	0	0	0
24° Porto Velho (RO)	0	OPACO	0	0	0
25° Rio Branco (AC)	0	OPACO	0	0	0
26° São Luís (MA)	0	OPACO	0	0	0

FONTE: Elaborado por OKBR e Café.art (2024).

“Médio” é o melhor nível de abertura atingido nesta dimensão. Apenas São Paulo (SP) e Recife (PE) atingem a classificação, especialmente pela disponibilidade de informações relacionadas à defesa civil e a equipamentos de segurança. Das 21 capitais estagnadas no nível “Opaco”, 16 não disponibilizam dados abertos sobre os temas aqui analisados. Aqui, o panorama só não é pior devido aos três conjuntos de dados não localizados em nenhuma cidade terem sido descontados das pontuações finais do Índice.



DIMENSÃO 15

Governança de Dados

Para aprofundar o olhar sobre o cenário da disponibilidade e da qualidade dos dados abertos nas cidades, é necessário observar a existência de elementos voltados à gestão e ao planejamento de ações visando à abertura. Afinal, abrir dados não é — ou não deveria ser — uma atividade isolada, mas parte de um processo mais extenso, formado por diversas etapas conduzidas por uma visão estratégica e que possibilitam a tomada de decisão sobre “quais dados abrir, como e por quem devem ser abertos”³³.

É nesse contexto que a dimensão de **Governança de Dados** se insere. Por meio dela, o ODI Cidades busca construir uma visão estrutural sobre as políticas de dados abertos das capitais, mapeando instrumentos e recursos básicos adotados pelas prefeituras para abrir dados que visem ampliar a transparência de informações públicas de forma articulada à proteção de dados pessoais e sensíveis.

Como observado na nota metodológica³⁴, é importante ressaltar que a governança de dados é um tema mais complexo e amplo, que envolve um conjunto de políticas de cibersegurança, abertura e proteção de dados, além de aspectos de infraestrutura tecnológica. O ODI Cidades não se propõe a ser um instrumento de avaliação de todos esses aspectos, mas seleciona alguns indicadores considerados mais elementares para caracterizar a existência de

33. Trecho do ebook “Publicadores de Dados: da gestão estratégica à abertura”, que está disponível em diferentes formatos para download em: <https://ok.org.br/publicacoes/>.

34. Disponível em: <https://go.ok.org.br/odi2023-nota>.

uma política de abertura de dados que dialogue com a estrutura de proteção de dados pessoais municipal.

Diferentemente das outras 14 dimensões temáticas, Governança de Dados é avaliada a partir de 11 indicadores específicos (veja o quadro completo em “Resumo da Metodologia”). O procedimento de coleta de dados, neste caso, também foi distinto.

Junto com o comunicado sobre a realização da avaliação, enviado antes da aplicação oficial do Índice começar, todas as capitais receberam um formulário por meio do qual puderam indicar diretamente a existência dos instrumentos analisados. 16 das 26 capitais responderam nesse primeiro momento. Posteriormente, as cidades que não retornaram mesmo após reiteradas tentativas de contato receberam as perguntas do formulário via Lei de Acesso à informação (LAI). Das dez cidades demandadas, oito responderam aos pedidos. Apenas Maceió e Teresina não retornaram por nenhum meio. Veja o panorama no quadro a seguir:

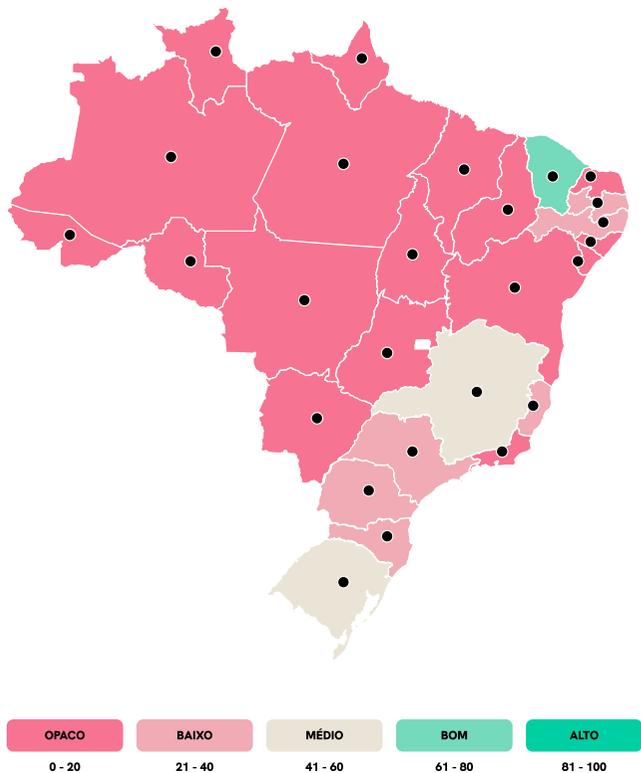
QUADRO 16

Panorama de retorno das capitais para questionário de governança

RESPONDERAM O FORMULÁRIO		RESPONDERAM VIA LAI	NÃO RETORNARAM
Belo Horizonte (MG)	Macapá (AP)	Aracaju (SE)	Maceió (AL)
Boa Vista (RR)	Manaus (AM)	Belém (PA)	Teresina (PI)
Campo Grande (MS)	Natal (RN)	Goiânia (GO)	
Cuiabá (MT)	Palmas (TO)	Porto Alegre (RS)	
Curitiba (PR)	Recife (PE)	Porto Velho (RO)	
Florianópolis (SC)	Rio de Janeiro (RJ)	Rio Branco (AC)	
Fortaleza (CE)	São Paulo (SP)	Salvador (BA)	
João Pessoa (PB)	Vitória (ES)	São Luís (MA)	

FONTE: Elaborado por OKBR (2024).

Situação geral da governança de dados nas capitais



MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO	NÍVEL
1º Fortaleza (CE)	70	BOM
2º Belo Horizonte (MG)	60	MÉDIO
3º Porto Alegre (RS)	50	MÉDIO
4º São Paulo (SP)	40	BAIXO
5º Vitória (ES)	40	BAIXO
6º João Pessoa (PB)	35	BAIXO
7º Recife (PE)	35	BAIXO
8º Curitiba (PR)	30	BAIXO
9º Florianópolis (SC)	30	BAIXO
10º Salvador (BA)	20	OPACO
11º Cuiabá (MT)	15	OPACO
12º Rio de Janeiro (RJ)	15	OPACO
13º Natal (RN)	10	OPACO
14º Palmas (TO)	10	OPACO
15º Porto Velho (RO)	10	OPACO
16º São Luís (MA)	10	OPACO
17º Campo Grande (MS)	5	OPACO
18º Manaus (AM)	5	OPACO
19º Aracaju (SE)	0	OPACO
20º Belém (PA)	0	OPACO
21º Boa Vista (RR)	0	OPACO
22º Goiânia (GO)	0	OPACO
23º Macapá (AP)	0	OPACO
24º Maceió (AL)	0	OPACO
25º Rio Branco (AC)	0	OPACO
26º Teresina (PI)	0	OPACO

FONTE: Elaborado por OKBR e Café.art (2024).

Os dois principais exemplos positivos ficam para Fortaleza (CE), que lidera o ranking da dimensão no nível “Bom”, com 70 pontos, e Belo Horizonte (MG), classificada no nível “Médio” com 60. As duas capitais possuem políticas de dados abertos institucionalizadas, portais de dados abertos e canais de feedback sobre os conjuntos publicados, além de elaborarem planos de abertura. Porém, só na capital cearense os planos preveem formas de consulta pública para sua construção. Entre os requisitos mínimos relacionados à implementação da LGPD, as cidades disponibilizam uma série de orientações que subsidiam a publicação de avaliações e Relatórios de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPDs)³⁵, com metodologias e documentos próprios elaborados³⁶. Ainda que sejam boas práticas e demonstrem melhor organização por parte das gestões para cumprimento da legislação, não há avaliações ou RIPDs disponíveis e, portanto, elas não pontuam nesse quesito. O indicador em questão não é pontuado por nenhuma capital.

Outra ausência que ambas as capitais compartilham é um instrumento base para o planejamento de políticas de abertura e da governança de dados nos entes públicos: o inventário (ou catálogo) de dados disponível ao público, que registra todas as bases de dados existentes na prefeitura, juntamente com informações sobre cada uma delas. Este indicador é cumprido apenas por São Paulo (SP): chamado Catálogo Municipal de Bases de Dados³⁷, é uma ótima referência para as demais capitais que desejam estruturar os seus próprios inventários³⁸. A cidade, no entanto, fica para trás nesta dimensão devido à ausência de Planos de Dados Abertos, canais de feedback para dados publicados e lacunas de regulamentação da LGPD e da LGD no município.

35. Sobre os RIPDs, ver: https://www.gov.br/anpd/pt-br/canais_atendimento/agente-de-tratamento/relatorio-de-impacto-a-protecao-de-dados-pessoais-ripd.

36. Os materiais podem ser encontrados, no caso de Belo Horizonte (MG), em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sutransp/LGPD/metodologia> e de Fortaleza (CE) em: <https://portaltransparencia.fortaleza.ce.gov.br/#/lgpd>.

37. O CMDB paulistano está disponível no Portal de Dados Abertos da cidade e pode ser acessado em: <http://dados.prefeitura.sp.gov.br/dataset/cmbd-catalogo-municipal-de-bases-de-dados>.

38. Para saber por onde começar, acesse o Capítulo 3 do ebook “Publicadores de Dados: da gestão estratégica à abertura”.

Porto Alegre (RS), que também atinge nível “Médio” nesta dimensão, tem uma política institucionalizada que prevê a elaboração de Planos de Dados Abertos, publicados em seu Portal. Um ponto de atenção relacionado aos planos da cidade é sua recorrência: apenas versões anteriores, do ciclo 2019-2020, estão disponíveis, o que pode indicar que não houve atualizações posteriores.

QUADRO 17

Capitais que possuem instrumentos mínimos para abertura de dados

POLÍTICA DE DADOS ABERTOS	PLANOS DE DADOS ABERTOS	PORTAIS DE DADOS ABERTOS
Belo Horizonte (MG)	Belo Horizonte (MG)	Belo Horizonte (MG)
Curitiba (PR)	Fortaleza (CE)	Curitiba (PR)
Florianópolis (SC)	Porto Alegre (RS)	Fortaleza (CE)
Fortaleza (CE)		Natal (RN)
João Pessoa (PB)		Porto Alegre (RS)
Porto Alegre (RS)		Recife (PE)
São Paulo (SP)		Rio de Janeiro (RJ)
Vitória (ES)		Salvador (BA)
		São Paulo (SP)

FONTE: Elaborado por OKBR (2024).

Importante destacar que, para serem consideradas nesta avaliação, as Políticas de Dados Abertos devem estar institucionalizadas na forma de decreto ou lei. Para além dos parâmetros do ODI Cidades, a formalização desse instrumento é altamente recomendada, com vistas à sua sustentabilidade entre gestões.

A única cidade a disponibilizar publicamente o *feedback* sobre os dados publicados é Recife (PE), que usa a estrutura do próprio Portal de Dados Abertos para receber comentários de pessoas usuárias³⁹. No entanto, é importante que essa ferramenta seja usada pelas prefeituras para responder às demandas registradas e usar os apontamentos para a melhoria de sua política de dados abertos.

Algumas cidades indicam a Ouvidoria e o Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão (e-SIC) como canais de *feedback* sobre os dados publicados. Ainda que sejam meios válidos, é fundamental que eles estejam indicados nos portais em que os dados são publicados, dando clareza quanto a essa finalidade às pessoas interessadas.

Em alguns casos, esses canais também foram indicados como formas de consulta à sociedade para elaboração de ações de abertura. As manifestações e pedidos recebidos por meio da transparência passiva retratam a demanda por dados e devem, sim, ser consideradas nesses processos. No entanto, cumprem outro propósito, além de serem mais restritas do que ações que efetivamente fomentam a participação social, estimulando a contribuição ativa.

No âmbito da implementação da LGPD no município, é fundamental que o Encarregado de Dados Pessoais, pessoa formalmente responsável para atuar como canal de comunicação entre o controlador e os titulares de dados, esteja claramente indicado no site da Prefeitura. Este é não apenas um parâmetro demandado pela avaliação do ODI Cidades, como uma prática básica e indispensável para garantir os direitos dos titulares de dados, incluindo o do acesso às informações claras. Em várias cidades, as pessoas que ocupam o cargo de ouvidor(a) ou controlador(a)-geral do município foram indicadas com essa função, sem que essa informação pudesse ser localizada nos portais institucionais.

39. Esse é um dos recursos do CKAN, software de código aberto utilizado para gerir, organizar e publicar dados abertos. Funcionando como um repositório de dados, a ferramenta foi desenvolvida pela Open Knowledge Foundation e é usada por governos e instituições em todo o mundo.

VALE O DESTAQUE

Primeiros impactos do Índice

Mesmo antes da conclusão do Índice de Dados Abertos para Cidades, observamos seus primeiros impactos. Em meio à inexistência de uma política nacional que consolide diretrizes de publicação e referências de dados mínimos a serem disponibilizados nas diferentes áreas de políticas públicas, o próprio processo de fornecer um conjunto de parâmetros já afetou positivamente o cenário.

Após o compartilhamento de uma prévia dos resultados com as capitais, em dezembro de 2023, a OKBR identificou uma série de melhorias em dados já publicados, como a inclusão de novas variáveis nas bases de dados (especialmente geolocalização), a disponibilização de dicionários de dados e a indicação de periodicidades de atualização. Foi identificada também a abertura de novos conjuntos de dados, vários deles com títulos e descrições idênticos aos apresentados na metodologia do ODI Cidades 2023, assim como os metadados trazidos como exemplos. Destacamos os principais casos a seguir:

- Belo Horizonte (MG) abriu, no mínimo, seis novos conjuntos, incluindo dados sobre o funcionalismo público e estrutura organizacional, além de ter feito várias atualizações menores.
- Recife (PE) disponibilizou, no mínimo, 14 novos conjuntos, incluindo dados diversos relacionados à segurança pública e funcionalismo, além de infraestrutura, planejamento orçamentário e propriedade imobiliária. Também foram observadas atualizações pontuais em dados já publicados.
- Fortaleza (CE) publicou, no mínimo, 19 novos conjuntos, incluindo dados variados em segurança pública, habitação e infraestrutura, entre outros.

Em razão de terem sido publicados após o período de coleta desta avaliação, a qualidade desses novos dados publicados não foi avaliada, conforme indicado em nossa metodologia e reforçado nas comunicações realizadas com as capitais. Mas esse movimento evidencia que **o processo de abertura de dados muitas vezes não está tão ligado à existência de capacidades técnicas, mas aos incentivos políticos e à interação com a sociedade** — que pode contribuir não apenas na perspectiva do controle social, mas no desenho, monitoramento e avaliação das políticas públicas e a construção de ações mais responsivas e representativas.

Aprendizados e recomendações

Os resultados do ODI Cidades 2023 nos confirmam uma realidade já esperada: a baixíssima disponibilidade de dados abertos em diversas áreas de políticas públicas e a qualidade limitada de boa parte dos dados já disponíveis.

Isso fica evidenciado no nível geral de abertura observado entre as capitais: as duas mais bem colocadas no Índice não atingem nem mesmo a metade da pontuação possível, enquanto a terceira apresenta pouco mais de um terço dela. Em 17% dos 111 conjuntos de dados que o ODI Cidades 2023 se propõe a avaliar, a indisponibilidade é total.

Sistematizar essas lacunas é fundamental para identificar para onde é necessário direcionar os esforços a fim de avançar na publicação de dados abertos, organizando a ação pública. Enquanto os resultados da avaliação cumprem o papel de mapear e mensurar o tamanho dos desafios que temos à frente, as referências apresentadas na nota metodológica servem como um caminho para orientar as gestões que desejem se aprimorar nesse campo.

Algumas limitações são evidentemente estruturais. Durante a coleta de dados, por exemplo, a dificuldade de acesso a alguns portais mostrou na prática quão precários são os recursos usados pelas prefeituras para dar transparência a dados públicos. Sites que travam e não carregam, que apresentam erros nas tentativas de download, que podem ser acessados apenas em navegadores específicos. Relatos compartilhados em conversas com gestores e gestoras durante o período de diálogo sobre os resultados reforçam as limitações nas infraestruturas digitais disponíveis. Tais questões não afetam apenas o acesso à informação, mas a governança de dados como um todo, sobretudo aspectos relacionados à segurança da informação e à proteção de dados e sobre os quais temos menos visibilidade externa. Questões urgentes que demandam maior atenção e investimento por parte das gestões.

Outras limitações, no entanto, são organizacionais. Somente a existência de uma política de dados abertos que defina uma visão estratégica e operacional para as equipes políticas e gestoras já contribui consideravelmente para o processo de abertura — os impactos observados a partir da disponibilização de referências contidas na nota metodológica do Índice demonstram isso. A existência de legislação própria, como observado nas análises das áreas de finanças e administração pública, também mostra como o caráter normativo pesa positivamente. Mas, para implementar e ganhar maturidade em tais políticas, é necessário dispor dos instrumentos que a concretizam, como os planos, portais e inventários de dados abertos, que reforçamos e avaliamos na dimensão de Governança.

Algumas recomendações de melhorias estão diretamente relacionadas a padrões e princípios de dados abertos, refletidos nos indicadores do Índice e nas pontuações obtidas em cada um deles pelas capitais. Assim, as gestões que desejarem avançar na qualidade de dados já publicados podem começar por aí: avaliando conjuntos que possuam restrições de acesso e reuso, que não estejam acompanhados de dicionários de dados e metadados, que estejam publicados em formatos proprietários, em níveis de agregação excessiva e que não tenham referências de atualização ou registros históricos.

É também importante avaliar se essas bases já disponíveis ou a serem publicadas trazem informações-chave para cumprir os propósitos esperados. Para entender quais são as variáveis certas para isso, perguntar: “por que esses dados são publicados?”, “a que eles pretendem dar transparência?” e “que análises de políticas públicas eles pretendem embasar?”, pode ajudar. Recomendamos, sempre que possível, que os dados incluam informações que tracem uma relação com os territórios, idealmente geolocalizadas, e que permitam qualificar o olhar sobre a população que acessa — ou não — políticas e serviços públicos, como gênero, raça/cor, etnia, deficiência. São características que possibilitam identificar as diversas camadas de inequidades existentes e formular ações para superá-las.

Há ainda outras recomendações práticas, observadas a partir dos casos analisados pelo ODI Cidades. Apesar de simples, são mudanças que podem causar grande impacto positivo nos dados já disponíveis e naqueles a serem disponibilizados. Elencamos a seguir:

- “Libertar” dados já estruturados publicados em formatos fechados, como PDFs, ou que alimentam sistemas de busca e recursos de visualização de dados.
- Garantir sempre o download de dados apresentados em painéis e outras ferramentas de transparência ativa.
- Optar por ferramentas e recursos de código aberto para a publicação dos dados, que permitam a colaboração e replicação, além de favorecer o reuso dos dados.
- Produzir e organizar os dados já pensando em sua abertura facilitará posteriormente o processo de publicação, evitando retrabalhos.
- Dar visibilidade nos portais institucionais a fontes de acesso a dados abertos, referenciando-as entre si.
- Havendo diversos canais para publicação de dados abertos, como portais próprios, geoportais ou mesmo páginas específicas de Secretarias e projetos, buscar garantir em todas as fontes a atualização e completude das informações e de recursos associados, como dicionários, licenças livres e APIs — especialmente em Portais de Transparência, nos quais essas restrições foram observadas com maior frequência.
- Revisar dicionários de dados e metadados. Muitas vezes disponíveis, esses recursos podem estar incompletos ou desatualizados. Em alguns casos há informações específicas que devem compor uma boa documentação — como a inclusão dos sistemas de projeção cartográfica e de coordenadas de referência para dados geoespaciais.

O destaque dado a boas práticas e conjuntos de dados bem pontuados, além daqueles “estrelados” em diferentes capitais, é uma forma de mostrar que há também avanços a serem reconhecidos, ainda que o caminho seja longo. A relação de cidades que receberam estrelas em conjuntos de dados é apresentada no quadro a seguir.

QUADRO 18

Cidades que tiveram conjuntos de dados estrelados

CAPITAL	QUANTIDADE DE CONJUNTOS ESTRELADOS
Belo Horizonte (MG)	19
São Paulo (SP)	8
Recife (PE)	3
Porto Alegre (RS)	1

FONTE: Elaborado por OKBR (2024).

Nos resultados⁴⁰, também buscamos dar visibilidade às cidades que publicam algum dado aberto minimamente relacionado aos tópicos analisados pelo Índice, criando uma classificação que distingue esses casos daqueles em que nenhum dado está disponível ou foi localizado. Um panorama dessa distribuição é apresentado no Quadro a seguir.

QUADRO 19

Quantidade de bases avaliadas e indisponíveis ou não localizadas, por cidade

CAPITAL	DADOS DISPONÍVEIS E AVALIADOS	HÁ DADOS SOBRE O TEMA, MAS NÃO ATENDEM À DESCRIÇÃO MÍNIMA	NÃO HÁ OU NÃO FORAM LOCALIZADOS
São Paulo (SP)	65	21	25
Belo Horizonte (MG)	52	13	46
Recife (PE)	50	9	52
Fortaleza (CE)	40	13	58

40. Acesse as bases com os resultados completos da avaliação em: <https://go.ok.org.br/odi2023-resultados>.

QUADRO 19 (CONTINUAÇÃO)

Quantidade de bases avaliadas e indisponíveis ou não localizadas, por cidade

CAPITAL	DADOS DISPONÍVEIS E AVALIADOS	HÁ DADOS SOBRE O TEMA, MAS NÃO ATENDEM À DESCRIÇÃO MÍNIMA	NÃO HÁ OU NÃO FORAM LOCALIZADOS
Curitiba (PR)	36	11	64
Porto Alegre (RS)	29	19	63
Vitória (ES)	28	9	74
Rio de Janeiro (RJ)	24	22	65
Salvador (BA)	18	8	85
Porto Velho (RO)	16	9	86
Florianópolis (SC)	12	12	87
João Pessoa (PB)	12	11	88
Natal (RN)	11	6	94
Teresina (PI)	11	15	85
Palmas (TO)	9	5	97
Belém (PA)	8	9	94
Cuiabá (MT)	8	6	97
Macapá (AP)	8	7	96
Campo Grande (MS)	7	6	98
Manaus (AM)	6	4	101
Aracaju (SE)	5	3	103
Goiânia (GO)	5	8	98
São Luís (MA)	5	4	102
Maceió (AL)	4	9	98
Boa Vista (RR)	2	1	108
Rio Branco (AC)	2	9	100

FONTE: Elaborado por OKBR (2024).

O impulso dado por iniciativas cívicas como o Índice de Dados Abertos para Cidades, trazendo o tema da abertura de dados ao centro do debate público, é uma oportunidade para colocá-lo na agenda das prefeituras. Esse movimento é ainda mais importante em um ano de eleições municipais, em que propostas de governo devem ser apresentadas e discutidas com a seriedade que os problemas públicos enfrentados em nível local requerem. E isso só é possível a partir da garantia do acesso à informação e da disponibilidade de dados que respaldem, ampliem e fortaleçam a participação social e a construção de um debate público qualificado, capaz de superar a desinformação crescente.

O “retrato” oferecido pelo ODI Cidades 2023 sobre a disponibilidade e a qualidade dos dados abertos nas capitais também nos lembra que o desafio é ainda maior: se a situação naquelas que estão entre as maiores cidades do país e dispõem de mais estrutura e recursos é essa, como é o cenário nos outros municípios do Brasil? Só saberemos mensurando, replicando a avaliação para outras localidades e temas. O convite está aberto!

ANEXO I

QUADRO 20

Relação de fontes consideradas para portais de transparência e de dados abertos

CAPITAL	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	PORTAL DE DADOS ABERTOS
Aracaju (SE)	https://transparencia.aracaju.se.gov.br/	Não localizado
Belém (PA)	http://portaltransparencia.belem.pa.gov.br/	Não localizado
Belo Horizonte (MG)	http://transparencia.pbh.gov.br	https://dados.pbh.gov.br/
Boa Vista (RR)	https://transparencia.boavista.rr.gov.br/	Não possui
Campo Grande (MS)	http://transparencia.campogrande.ms.gov.br	https://transparencia.campogrande.ms.gov.br/canais/dados-abertos/
Cuiabá (MT)	http://transparencia.cuiaba.mt.gov.br/portaltransparencia/transparencia/#/home	http://transparencia.cuiaba.mt.gov.br/portaltransparencia/transparencia/#/dados/dados-abertos
Curitiba (PR)	https://www.transparencia.curitiba.pr.gov.br/	https://www.curitiba.pr.gov.br/dadosabertos
Florianópolis (SC)	https://www.pmf.sc.gov.br/transparencia	Não possui
Fortaleza (CE)	https://portaltransparencia.fortaleza.ce.gov.br/#/	https://dados.fortaleza.ce.gov.br/
Goiânia (GO)	https://www.goiania.go.gov.br/transparencia/	Não localizado

CAPITAL	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	PORTAL DE DADOS ABERTOS
João Pessoa (PB)	https://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/	https://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/#/dados-abertos
Macapá (AP)	https://transparencia2.macapa.ap.gov.br/	Não possui
Maceió (AL)	https://www.transparencia.maceio.al.gov.br/pages/homepage.faces	Não localizado
Manaus (AM)	https://transparencia.manaus.am.gov.br/transparencia/v2/#/home	Não possui
Natal (RN)	https://www.natal.rn.gov.br/transparencia	http://www.dadosabertos.natal.br
Palmas (TO)	http://portaldatransparencia.palmas.to.gov.br	http://dadosabertos.palmas.to.gov.br
Porto Alegre (RS)	https://transparencia.portoalegre.rs.gov.br/	https://dadosabertos.poa.br/
Porto Velho (RO)	https://transparencia.portovelho.ro.gov.br/	https://api.portovelho.ro.gov.br/api/documentation/
Recife (PE)	http://transparencia.recife.pe.gov.br/codigos/web/geral/home.php	http://dados.recife.pe.gov.br/
Rio Branco (AC)	https://transparencia.riobranco.ac.gov.br/	Não localizado

CAPITAL	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	PORTAL DE DADOS ABERTOS
Rio de Janeiro (RJ)	http://transparencia.rio	https://www.data.rio/
Salvador (BA)	http://www.transparencia.salvador.ba.gov.br/#/	http://www.transparencia.salvador.ba.gov.br/#/DadosAbertos
São Luís (MA)	https://transparencia.saoluis.ma.gov.br/	Não localizado
São Paulo (SP)	http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/	http://dados.prefeitura.sp.gov.br/
Teresina (PI)	http://transparencia.teresina.pi.gov.br/	Não localizado
Vitória (ES)	https://transparencia.vitoria.es.gov.br/	https://transparencia.vitoria.es.gov.br/DadosAbertos.Lista.aspx

QUADRO 21

Relação de fontes consideradas para portais de câmaras municipais e sites indicados pelas prefeituras por meio de formulário de consulta

CAPITAL	CÂMARA MUNICIPAL	OUTRAS REFERÊNCIAS INDICADAS
Aracaju (SE)	https://www.aracaju.se.leg.br/	-
Belém (PA)	https://cmb.pa.gov.br/	-
Belo Horizonte (MG)	https://www.cmbh.mg.gov.br/	https://prefeitura.pbh.gov.br/licitacoes https://prefeitura.pbh.gov.br/contratos https://transparencia.pbh.gov.br/bh_prd_transparencia/web/#!/servidores https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNDBmM2M0NjMtYjczOS00NDRIWl5MWQzMmQxNWlxNjdmYzZmliwidCI6IjVkJVknZdYmY2E1LWlxZDEtNDI3OS1iNzk3LWEzYTU1NzA2Y2YxOSJ9
Boa Vista (RR)	https://www.boavista.rr.leg.br/	-
Campo Grande (MS)	https://camara.ms.gov.br/	https://sisgranmaps.campogrande.ms.gov.br/
Cuiabá (MT)	https://www.camaracuiaba.mt.gov.br/	-

CAPITAL	CÂMARA MUNICIPAL	OUTRAS REFERÊNCIAS INDICADAS
Curitiba (PR)	https://www.curitiba.pr.leg.br/	https://geocuritiba.ippuc.org.br/portal/apps/sites/#/geocuritiba
Florianópolis (SC)	https://www.cmf.sc.gov.br/	-
Fortaleza (CE)	https://www.cmfor.ce.gov.br/	https://dados.fortaleza.ce.gov.br/dataset/ https://login-cidadao.fortaleza.ce.gov.br/auth/realms/pmf/protocol/openid-connect/auth?response_type=code&client_id=ouvidoria-cgm&redirect_uri=https://ouvidoria.cgm.fortaleza.ce.gov.br/portal/
Goiânia (GO)	https://www.goiania.go.leg.br/	-
João Pessoa (PB)	https://joaopessoa.pb.leg.br/	-
Macapá (AP)	https://www.macapa.ap.leg.br/	https://macapa.ap.gov.br/dados-abertos/
Maceió (AL)	https://www.maceio.al.leg.br/	-
Manaus (AM)	https://www.cmm.am.gov.br/	-
Natal (RN)	https://www.cmnat.rn.gov.br/	-
Palmas (TO)	https://www.palmas.to.leg.br/	-

CAPITAL	CÂMARA MUNICIPAL	OUTRAS REFERÊNCIAS INDICADAS
Porto Alegre (RS)	https://www.camarapoa.rs.gov.br/	-
Porto Velho (RO)	https://www.portovelho.ro.leg.br/	-
Recife (PE)	https://www.recife.pe.leg.br/	-
Rio Branco (AC)	https://www.riobranco.ac.leg.br/	-
Rio de Janeiro (RJ)	http://www.camara.rio/	https://www.data.rio/search?q=datalake
Salvador (BA)	https://www.cms.ba.gov.br/	-
São Luís (MA)	https://www.camara.slz.br/	-
São Paulo (SP)	https://www.saopaulo.sp.leg.br/	https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx http://dados.prefeitura.sp.gov.br/dataset/cmbd-catalogo-municipal-de-bases-de-dados
Teresina (PI)	https://www.teresina.pi.leg.br/	-
Vitória (ES)	https://www.cmv.es.gov.br/	https://wstransparencia.vitoria.es.gov.br/Help

FONTE: Elaborado por OKBR (2024).

EXPEDIENTE

ODI CIDADES 2023

EQUIPE RESPONSÁVEL PELO PROJETO

COORDENAÇÃO GERAL

Haydéé Svab
Fernanda Campagnucci
(até janeiro/2024)

COORDENAÇÃO DE PESQUISA

Danielle Bello

ASSISTÊNCIA DE PESQUISA

Edilaine Santos

COLETA E AVALIAÇÃO DE DADOS

André de Oliveira Moraes
(até agosto/2023)
Beatriz de Jesus Gonçalves Francisco
Bruna Lara de Arantes
Catarina Luísa Alves de Araújo
Felipe Carvalho Araújo
Gleiciane Silva Vieira de Souza
Juliana Colli Munhoz
Juliana Martins de Castro Barroso
Laiane Cristina de Freitas
Nathália Figueiredo de Azevedo
Virna Weber
Victoria Moura de Araújo
(até agosto/2023)

CHECAGEM E VALIDAÇÃO DE DADOS

Danielle Bello
Edilaine Santos

OPERAÇÕES

Murilo Machado

COMUNICAÇÃO

Isis Reis
Sofia Tomé

REFORMULAÇÃO DA METODOLOGIA

CONSULTORIA

Caroline Burle

ESPECIALISTAS CONSULTADOS

Adriano Borges Costa
Ananda Grinkraut
Arthur Fisch
Bianca Tavolari
Brigina Kemp
Carolina Teixeira Nakagawa Lanfranchi
Estevão Nicolau Rabbi dos Santos
Fernando Túlio
Haydéé Svab
Lindalva de Jesus Feitosa Oliveira
Luciana Piazzon Lima
Maria Isabel Couto
Mariana Neubern de Souza Almeida
Marília Romão Capinzaiki
Miriam Moraes Lavado
Nitai Bezerra da Silva
Pedro Markun
Renato Pellegrini Morgado
Roberto Tolosa
Yuri Camara Batista

PARCEIROS PARA LANÇAMENTO

Escola Superior de Gestão e Contas
Públicas do Tribunal de Contas
do Município de São Paulo
Núcleo de Informação e Coordenação
do Ponto BR (NIC.br)
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Universidade Federal de Pernambuco
Universidade Federal do Mato Grosso
Universidade Federal do Pará

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

